IGUATEMI S.A.
CNPJ/MF nº 60.543.816/0001-93
NIRE 35.300.027.248
Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2025

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Ficam convidados os senhores acionistas da IGUATEMI S.A. (“Companhia”) a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a ser realizada no dia 17 de abril de 2025, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Angelina Maffei Vita, nº 200, 9º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem a respeito das matérias constantes da Ordem do Dia abaixo:

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024;
2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
3. Fixar em 8 (oito) o número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato;
4. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
5. Deliberar sobre o enquadramento dos membros independentes do Conselho de Administração às regras previstas na Resolução CVM nº 80/2022, no Estatuto Social da Companhia e nas disposições previstas na regulamentação expedida pela B3;
6. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
7. Aprovar a remuneração global e anual dos Administradores, para o exercício social de 2025, e dos membros do Conselho Fiscal até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

8. Deliberar sobre a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Iguatemi, de modo a refletir (i) o cancelamento de ações em tesouraria deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 4 de fevereiro de 2025 e (ii) a conversão de ações ordinárias em preferenciais refletida na reunião do Conselho de Administração de 11 de junho de 2024, com a consequente consolidação do Estatuto Social.

Informações Gerais:

- A Companhia informa aos seus acionistas que os seguintes documentos foram publicados de forma resumida na versão impressa do jornal “Diário de Notícias”, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), em 7 de março de 2025, nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 39: (i) relatório anual da administração; (ii) demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024; (iii) parecer dos auditores

independentes; e (iv) parecer do Conselho Fiscal. Adicionalmente, a Companhia comunica que, em atendimento ao artigo 7º da Resolução CVM nº 81/22, encontram-se disponíveis nos sites da B3 e CVM os documentos a que se refere o citado artigo.

- A Companhia informa, ainda, que, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, os boletins de voto a distância referentes à AGOE já estão à disposição dos senhores acionistas nos sites da CVM, B3 e de relações com investidores da Companhia. Além disso, também está disponível, nos mesmos canais, o Manual do Acionista (“Manual”), com orientações detalhadas sobre os procedimentos para a participação na AGOE.
- O acionista poderá participar da AGOE **(i)** comparecendo pessoalmente à AGOE ou sendo representado por procurador devidamente constituído, ou **(ii)** mediante envio do respectivo boletim de voto a distância devidamente preenchido diretamente à Companhia, ao custodiante, ao depositário central ou ao escriturador, sendo que as orientações detalhadas acerca do envio do boletim constam do próprio boletim e do Manual.
- Os acionistas com ações sob Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, que desejarem participar da AGOE deverão apresentar extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente.
- Para as matérias indicadas nos itens 1 a 8 da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, o quórum de instalação, em primeira convocação, é de pelo menos $\frac{1}{4}$ (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto da Companhia. Para a instalação da Assembleia Geral Extraordinária, convocada a fim de deliberar sobre as alterações no Estatuto Social da Companhia, conforme matéria do item 1 da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária, será necessária a presença de acionistas representando, pelo menos, $\frac{2}{3}$ (dois terços) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto da Companhia para a deliberação em primeira convocação, nos termos do art. 135 da Lei das S.A. Caso não seja atingido o quórum necessário para instalação da Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia será novamente convocada para deliberar sobre a matéria em segunda convocação.

São Paulo, 17 de março de 2025.

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati
Presidente do Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

A Administração da Companhia propõe que os Srs. Acionistas apreciem e aprovem, sem reservas, as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

As referidas Demonstrações Financeiras da Companhia, conforme divulgadas nos websites da CVM e da B3, por meio do Módulo IPE do Sistema Empresas.NET, foram apreciadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da Companhia em reuniões realizadas em 18 de fevereiro de 2025. O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável, destacando que as referidas informações financeiras refletem, adequadamente, a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e, portanto, recomendaram a sua aprovação na AGO. Além disso, as demonstrações financeiras foram analisadas pelo Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas da Companhia em reunião realizada em 18 de fevereiro de 2025.

Por fim, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., auditor independente da Companhia, emitiu parecer manifestando-se pela adequação das Demonstrações Financeiras, sem qualquer opinião modificada, ressalvas ou parágrafos de ênfase.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira e patrimonial da Companhia, na forma da seção 2 do Formulário de Referência, conforme art. 10, inciso III da Resolução CVM nº 81/22 estão disponíveis no [Anexo I](#).

2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A Administração propõe a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante de **R\$399.771.418,37**, da seguinte forma, conforme aprovado pelo Conselho de Administração:

- (i) **R\$ 19.988.570,92**, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.;
- (ii) **R\$ 94.945.711,86** para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, nos termos do art. 202 da Lei das S.A. e da alínea “b” do artigo 43 do Estatuto Social da Companhia; e
- (iii) o montante restante, no valor de **R\$ 284.837.135,59** para reserva de investimentos, nos termos do parágrafo segundo do art. 43 do Estatuto Social da Companhia.

Além da destinação do lucro líquido do exercício social prevista acima, a Administração também aprovou o pagamento de dividendos adicionais com base em reservas de lucros da Companhia, registradas na data base de 31 de dezembro de 2024, no valor de **R\$105.054.288,14**.

Do valor total dos dividendos propostos, R\$ 50.000.000,00 já foram pagos por meio de dividendos intermediários e serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório (conforme art. 44, §3º do Estatuto Social), com base na deliberação do Conselho de Administração tomada na reunião de 18 de fevereiro de 2025, nos termos do artigo 44 do Estatuto Social, restando um saldo de R\$ 150.000.000,00 a ser pago a título de dividendos, sem incidência de tributos, correspondente ao dividendo mínimo obrigatório somado aos dividendos adicionais.

As informações detalhadas a respeito da proposta de destinação do lucro líquido do exercício estão indicadas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/22, que se encontra no [Anexo II](#) à presente Proposta.

3. Fixar em 8 (oito) o número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato.

Em atenção ao disposto no artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, a administração da Companhia propõe a aprovação de 8 (oito) assentos no Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, até a assembleia geral ordinária que examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2026, já considerando a eleição de membros ao conselho de administração indicados para o colégio de votação em separado dos acionistas preferencialistas.

4. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia.

A Administração da Companhia indicou a chapa composta pelos seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026:

Nome
Pedro Jereissati (Presidente do Conselho de Administração)
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati (Vice-Presidente do Conselho de Administração)
Carlos Jereissati
Francisco Sérgio Peixoto Pontes
Ana Karina Bortoni Dias
Pedro Santos Ripper
Flávia Buarque de Almeida

Além disso, os fundos de investimentos geridos pela Oceana Investimentos, acionistas minoritários titulares de ações preferenciais da Companhia, indicaram o Sr. Rony Meisler para concorrer à eleição em separado prevista no art. 141, inciso II da Lei das S.A.

Destaca-se que as indicações dos candidatos acima estão aderentes aos requisitos previstos no Estatuto Social da Companhia e na Política de Indicação.

A administração da Companhia esclarece que os candidatos ora indicados declararam que (i) não estão impedidos de assumir os cargos para os quais foram eleitos, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/94, bem como não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela CVM, que os torne inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo artigo 147, §3º da Lei das S.A.; e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia.

Os acionistas ou grupo de acionistas que desejarem propor outros nomes para concorrer aos cargos no Conselho de Administração poderão fazê-lo, observadas as regras previstas no Estatuto Social e na regulamentação aplicável.

De acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada por meio de votação majoritária ou pelo processo de voto múltiplo. O processo de voto múltiplo somente será adotado em caso de pedido apresentado por acionistas representando pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGOE. No caso de adoção do processo de voto múltiplo, cada ação conferirá ao seu titular tantos votos quantos sejam os membros do Conselho de Administração a serem eleitos (neste caso, 8 (oito) membros), sendo permitida aos acionistas a cumulação de votos em um só candidato, ou a distribuição entre vários.

Caso seja solicitado voto múltiplo para a eleição do Conselho de Administração e não haja indicação de outros candidatos além daqueles indicados pela administração ou pelo acionista controlador, a solicitação de adoção do voto múltiplo formulada por meio do boletim de voto a distância ficará sem efeito, nos termos do art. 34, §2º da Resolução CVM nº 81/22.

Poderá ocorrer eleição em separado de membro do Conselho de Administração se houver requisição: (i) por acionistas titulares de ações ordinárias que representem, no mínimo, 15% (quinze por cento) do total de ações com direito a voto da Companhia, nos termos do artigo 141, §4º, inciso I, da Lei das S.A.; ou (ii) por acionistas titulares de ações preferenciais que (a) representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia, nos termos do artigo 141, §4º, inciso II da Lei das S.A.; ou (b) que sejam titulares de um número de ações que represente porcentagem de participação nos dividendos igual ao percentual de 10% (dez por cento), aplicando-se a fórmula prevista no §3º do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

Caso os quóruns previstos nos itens (i) e (ii) não sejam atingidos, a votação em separado para a eleição de 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente poderá ser exigida por titulares de ações ordinárias e ações preferenciais representando em conjunto, no mínimo, os percentuais previstos nos itens (a) e (b) acima.

Os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais somente poderão participar do processo de votação em separado com as ações detidas de forma ininterrupta durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da AGOE.

Se a votação em separado tiver ocorrido, até 2 (dois) dos 8 (oito) cargos vagos do Conselho de Administração serão ocupados pelos conselheiros eleitos na eleição em separado, restando pelo menos 6 (seis) cargos vagos para serem ocupados por membros indicados para compor a chapa indicada pela administração da Companhia.

As ações detidas pelos acionistas com direito de voto que forem usadas na votação em separado, caso aplicável, serão excluídas do cálculo do número de ações votantes para fins da eleição majoritária.

A administração esclarece que, nos termos do artigo 11 da RCVM 81, as informações relativas à experiência profissional e independência dos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo III desta Proposta.

5. Deliberar sobre o enquadramento dos membros independentes do Conselho de Administração às regras previstas na Resolução CVM nº 80/2022, no Estatuto Social da Companhia e nas disposições previstas na regulamentação expedida pela B3.

A administração propõe que os Srs. Ana Karina Bortoni Dias, Francisco Sérgio Peixoto Pontes, Pedro Santos Ripper e Flávia Buarque de Almeida sejam qualificados como Conselheiros Independentes, de acordo com os critérios de independência estabelecidos no Estatuto Social da Companhia, no Anexo K da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 80”) e na regulamentação expedida pela B3, tendo o Conselho de Administração recebido as respectivas declarações atestando o enquadramento aos critérios de independência. Assim, com a eleição dos Srs. Ana Karina Bortoni Dias, Francisco Sérgio Peixoto Pontes, Pedro Santos Ripper e Flávia Buarque de Almeida, na qualidade de Conselheiros Independentes, a Companhia poderá contar com 5 (cinco) membros independentes em seu Conselho de Administração (incluindo eventual candidato eleito em separado pelos acionistas minoritários), ou seja, 62,5% do seu Conselho de Administração.

6. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Nos termos do art. 40 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal da Companhia tem funcionamento não permanente e será instalado, conforme previsto no art. 4º da Resolução CVM

nº 70/22, a pedido de acionistas titulares de 2% das ações com direito a voto ou 1% das ações sem direito a voto. O Conselho Fiscal contará com 3 (três) membros efetivos e o mesmo número de suplentes.

A Companhia recebeu, dos acionistas minoritários Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, Plano Setorial Previ Família – Plano de Benefício de Contribuição Definida para Concessão de Renda, Plano de Benefícios 1 e Plano de Benefícios 2, que possuem participação acionária suficiente para solicitar a instalação do Conselho Fiscal, nos termos do art. 4º da Resolução CVM nº 70/22, a indicação das seguintes candidatas para concorrer em eleição em separado de acionistas minoritários titulares de ações preferenciais para o Conselho Fiscal:

Nome	Cargo	Indicação
Giselle Cilaine Ilchechen Coelho	Conselho Fiscal (Efetivo)	Acionista minoritário titular de ações preferenciais
Ana Cristina Remigio de Oliveira Bastos	Conselho Fiscal (Suplente)	

Considerando que o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros, a Administração apresenta a chapa a seguir, indicada pelo Acionista Controlador, que já considera eventual eleição em separado do candidato indicado por acionistas minoritários titulares de ações preferenciais:

Nome	Cargo	Indicação
Jorge Moyses Dib Filho	Conselho Fiscal (Efetivo)	Controlador
Antônio Adriano Farinha Campos	Conselho Fiscal (Suplente)	
Leonardo Leirinha Souza Campos	Conselho Fiscal (Efetivo)	
Sérgio Bernstein	Conselho Fiscal (Suplente)	

Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, as informações sobre os candidatos a membros do Conselho Fiscal integrantes da chapa proposta pela Administração e indicados por acionistas minoritários titulares de ações preferenciais, que são exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência previsto pela Resolução CVM nº 80/22, incluindo os seus respectivos currículos, são apresentadas no Anexo III desta Proposta.

7. Aprovar a remuneração global e anual dos Administradores, para o exercício social de 2025, e dos membros do Conselho Fiscal até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

A Administração propõe a aprovação do montante global de até R\$54.400.495,00 para a remuneração dos administradores para o exercício de 2025, cabendo ao Conselho de Administração, nos termos do art. 23 do Estatuto Social da Companhia, individualizar tal montante entre os membros da administração da Companhia, dentro do limite ora proposto.

O referido valor contempla a remuneração dos administradores pelos cargos exercidos tanto na Companhia quanto na Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“IESC”).

A IESC é subsidiária integral da Iguatemi e o principal ativo operacional da Companhia. Além disso, parte substancial dos administradores da Companhia também ocupam cargos na administração da IESC e, por essa razão, parte da sua remuneração é paga pela Companhia e parte da remuneração é paga por meio da IESC.

Para permitir que os acionistas tenham a visão global da remuneração total paga aos administradores, em linha com a recomendação da Superintendência de Relações com Empresas – SEP/CVM no sentido que seja levado à Assembleia Geral tanto a parcela suportada pela companhia quanto a parcela suportada por subsidiárias integrais, a Companhia apresenta abaixo a proposta de montante de remuneração global anual dos seus administradores que compreende tanto à parcela da remuneração paga pela própria Companhia, como a parcela que será suportada pela IESC.

A Administração estima que, do montante total proposto de R\$54.400.495, aproximadamente, R\$ 24.409.144,00 será pago pela Companhia e R\$ 29.991.351,00 será pago pela IESC. Nada obstante, importa esclarecer que a alocação de valores a serem pagos por cada sociedade dependerá, especificamente, da eficiência de fluxos de pagamentos, podendo haver modificações nos saldos individuais a serem pagos por cada sociedade.

O valor da remuneração ora proposto compreende à remuneração limite do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia para o período de janeiro de 2025 a dezembro de 2025, com relação aos cargos por eles ocupados tanto na Companhia como na IESC, e inclui a remuneração fixa e variável dos Diretores, bem como benefícios de qualquer natureza. A Administração esclarece, todavia, que não estão incluídos neste valor encargos sociais de ônus do empregador, conforme orientação da CVM.

É importante destacar que a remuneração fixa dos administradores está alinhada às práticas de mercado e, ainda, a remuneração variável depende fundamentalmente da performance individual dos administradores da Companhia, medida a partir de um painel de indicadores específicos para cada executivo, e também da performance corporativa medida com base no atingimento das metas estabelecidas no plano de negócios da Companhia, conforme divulgado no Formulário de Referência.

A administração informa que, do limite global aprovado na AGOE realizada em 18/04/2024 referente à remuneração dos administradores no exercício de 2024 (que totalizou R\$ 44.843.886,00), foi efetivamente pago o valor total de R\$43.390.141,00. A diferença entre o valor aprovado e o valor pago se justificou em razão da economia decorrente da não verificação de todas as condições provisionadas para o pagamento do valor esperado à título de remuneração variável, o que também gerou a redução dos dispêndios remuneratórios.

A remuneração proposta para o exercício social de 2025 é superior à remuneração aprovada para 2024 em razão de alterações na Diretoria, que demandaram o pagamento de verbas rescisórias, e da ampliação dos dispêndios previstos a título de remuneração variável devido à melhora dos indicadores de performance da própria Diretoria, que são considerados no cálculo da remuneração variável.

As informações detalhadas sobre a remuneração dos administradores na forma da seção 8 do Formulário de Referência, conforme previsto na Resolução CVM nº 81/22, são apresentadas no Anexo IV desta Proposta.

A título de esclarecimento, a Administração informa que nos itens 8.2, 8.3, 8.15 (que deve estar consistente com o 8.2) e 8.17 do Formulário de Referência, a Companhia se refere somente à remuneração reconhecida no resultado da Companhia, de modo que tais informações não refletem, de forma consolidada, os valores totais pagos aos administradores que estão previstos no resultado da IESC enquanto subsidiária integral.

Para possibilitar que os Acionistas compreendam adequadamente as parcelas da remuneração dos administradores ora proposta e, ainda, conciliem os valores pagos por cada sociedade, a Companhia apresenta, em complemento às informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, **(i)** o item 8.2 do Formulário de Referência de forma individualizada também para a IESC; e **(ii)** os itens 8.2, 8.3, 8.15 e 8.17 preenchidos de forma consolidada, considerando a remuneração global anual e a quantidade de administradores da Companhia e da IESC em conjunto (conforme item 8.20 do Formulário de Referência da Companhia).

Ainda, a administração da Companhia propõe que a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal seja fixada para cada membro em exercício, no valor equivalente a 0,1 (um décimo) da remuneração fixa que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e a participação nos lucros, desde a eleição dos membros até a próxima assembleia geral ordinária da Companhia, observado que tal valor poderá sofrer alterações tão

somente em cumprimento ao artigo 162, § 3º, da Lei das S.A. Nesse sentido, propõe-se a fixação da remuneração mensal de cada conselheiro fiscal no valor de R\$425.321.000,00. Esclarece-se que os suplentes receberão remuneração apenas na ausência do respectivo membro efetivo.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

8. Deliberar sobre a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Iguatemi, de modo a refletir (i) o cancelamento de ações em tesouraria deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 4 de fevereiro de 2025 e (ii) a conversão de ações ordinárias em preferenciais refletida na reunião do Conselho de Administração de 11 de junho de 2024, com a consequente consolidação do Estatuto Social.

A administração da Companhia propõe a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Iguatemi para refletir (i) o cancelamento de ações em tesouraria deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 4 de fevereiro de 2025, e (ii) a conversão de ações ordinárias em preferenciais para formação de units, conforme reunião do Conselho de Administração de 11 de junho de 2024, passando o número de ações em que se divide o capital social da Companhia refletido no estatuto social das atuais 785.167.052 ações ordinárias e 439.642.726 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal para 770.992.429 ações ordinárias e 435.368.756 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Caso a alteração ora proposta seja aprovada pela AGOE, o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigor com a nova redação indicada no Anexo V. O quadro comparativo que destaca a proposta de alteração do Estatuto Social com marcas de revisão, bem como as suas justificativas, conforme exigido pela RCVM 81, encontra-se no Anexo VI desta Proposta.

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

(Conforme Seção 2 do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022)

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) foi de 97,20%. Na mesma data, a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 1.821.355 mil e a dívida líquida totalizava R\$ 1.614.844 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,37x, as variações são explicadas principalmente pelas aquisições de ativos feitas ao longo de 2024

Investimento em Shopping Centers

Os empreendimentos (“Shopping Centers”) são administrados conjuntamente com os seus sócios e são constituídos sob a forma de condomínio de edificação e consórcios. Suas operações são registradas pela Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“IESC”), controlada da Companhia, em seus livros contábeis, na proporção da sua participação. A Iguatemi e suas controladas são detentoras de participação em determinados empreendimentos imobiliários, sendo na sua grande maioria shopping centers, localizados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Os resultados operacionais da IESC estão sujeitos a tendências sazonais que afetam a indústria de shopping centers. Vendas de shopping centers geralmente aumentam em períodos sazonais, como nas semanas antes da Páscoa (abril), Dia das Mães (que no Brasil ocorre em maio), dia dos namorados (que no Brasil ocorre em junho), dia dos pais (que no Brasil ocorre em agosto), dia das crianças (que no Brasil ocorre em outubro) e natal (dezembro). Além disso, a grande maioria dos arrendatários dos shoppings da Iguatemi paga o aluguel duas vezes em dezembro sob seus respectivos contratos de locação.

As participações em controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto da Companhia, estão demonstradas a seguir:

	Participação %	
	31/12/2024	
	Direta	Indireta
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A ("IGTA")	100,00	-
EDS66 Participações S.A. ("SP66")	100,00	-
Mutuall Soluções Financeira Ltda. ("MUTU")	-	-
Venture Iguatemi Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("FP84")	-	100,0
Adeoti Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("ADEO")	-	100,00
AEMP – Administradora de Empreendimentos Ltda. ("AEMP")	-	100,00
AEST – Administradora de Estacionamento Ltda ("AEST")	-	100,00
Amuco Shopping Ltda. ("Amuco")	-	100,00
ATOW Administradora de Torres Ltda ("ATOW")	-	100,00
AZ Brasil Comércio Varejista Ltda. ("AZBR")	-	100,00
CSC41 Participações Ltda. ("CS41")	-	100,00
CSC61 Participações Ltda. ("CS61")	-	100,00
CSC132 Comércio Varejista Ltda ("POLO")	-	100,00
CSC142 Participações Ltda ("OLSC")	-	100,00
DV Brasil Comércio Varejista Ltda ("DV Brasil")	-	100,00
Fleury Alliegro Imóveis Ltda. ("FLEURY")	-	80,00
Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("01GL")	-	100,00
Milan Comércio Varejista Ltda. ("MILA")	-	100,00
I-Art Produções Teatrais Ltda. ("IART")	-	100,00
IESTA Porto Alegre Estacionamentos Ltda. ("IESTAPA")	-	99,99
Iguatemi Estacionamentos Ltda. ("IESTA")	-	100,00
Iguatemi Leasing Ltda. ("Iguatemi Leasing")	-	100,00
Iguatemi Outlets do Brasil Ltda ("OLNH")	-	100,00
I-Retail Serv. Consult. De Moda e Particip. Ltda. ("I-Retail")	-	100,00
Iguatemi 365 Ltda. ("I365")	100,00	-
JK Iguatemi Administração de Shopping Centers Ltda. ("JK ADM")	-	100,00
JK Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. (JKIG)	-	100,00
JK Iguatemi Estacionamentos Ltda ("JKES")	-	100,00
Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. ("Lasul")	-	100,00
Market Place Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("MPPart")	-	100,00
Market Place Torres Ltda ("MPT")	-	100,00
Nova Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("01NG")	-	100,00
Ork Empreendimentos Imobiliarios SPE Ltda ("ORKE")	-	100,00
Praia de Belas Deck Parking Ltda ("PBES")	-	100,00
Riviera Comércio Varejista Ltda. ("VILE")	-	100,00
SCIALPHA Participações Ltda. ("SCIALPHA")	-	100,00
SCIRP Participações Ltda. ("SCRIP")	-	100,00
Shopping Center Reunidos do Brasil Ltda. ("SCRB")	-	100,00
SISP Participações Ltda. ("SISP")	-	100,00
SJRP Iguatemi Empreendimentos Ltda ("SJRP")	-	100,00
SPH 1 Iguatemi Empreendimentos Imobiliarios S.A. ("SPHI")	-	100,00
Administradora Gaúcha de Shopping Centers S.A. ("AGSC") (a)	-	36,00
Odivelas SP Participações S.A. ("OSPP")	-	52,00
Sarol Comercio de Cosmesticos e Perfumaria Ltda. ("SARO") (b)	-	100,00
Dominique Comercio de Cosmeticos e Serviços de Beleza Ltda. ("DOMI") (b)	-	100,00
CDG Comercio Varejista LTDA. ("CDGA") (b)	-	100,00

- (i) Controladas diretas e indiretas que são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial e apresentadas na rubrica de Investimentos nas Demonstrações Financeiras ("Controladas"). Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas tais controladas estão devidamente consolidadas.

- (ii) Negócios controlados em conjunto direta e indiretamente pela Companhia, mensurados pelo método de equivalência patrimonial não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava uma posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$ 1.821.355 mil e os empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) consolidados da Companhia apresentavam uma posição de R\$ 3.436.199 mil, resultando em uma posição de dívida líquida de R\$ 1.614.844 mil.

As receitas operacionais consolidadas da Companhia provêm substancialmente da sua controlada IESC e a principal entrada de recursos financeiros da Companhia são os dividendos distribuídos pela IESC.

A receita líquida de aluguéis e serviços da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 1.236.345 mil. A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 399.771 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O índice de endividamento geral consolidado da Companhia, medido pela soma do Passivo circulante com o Passivo não circulante, dividido pelo Patrimônio líquido da Companhia, era de 97,30% em 31 de dezembro de 2024.

Além do índice de endividamento acima descrito, o índice de liquidez geral consolidado da Companhia, medido pela soma dos ativos circulantes e não circulantes dividido pela soma do passivo circulante e do não circulante era de 2,03x em 31 de dezembro de 2024.

b. Estrutura de capital

Entendemos que a Companhia possui estrutura de capital adequada para o seu modelo de negócios.

A estrutura de capital da Companhia para financiar suas operações é composta por (i) capital próprio, que corresponde ao total do patrimônio líquido; e (ii) capital de terceiros, que corresponde ao total do passivo circulante e não circulante.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 4.310.020 mil, um aumento de 3,2% em relação a 31 de dezembro de 2023, que foi de R\$ 4.177.518 mil.

Os valores apresentados na tabela abaixo representam os recursos oriundos de capitais próprios e de capitais de terceiros nas datas apresentadas:

(Em R\$ mil, exceto %)	Em 31/12/2024	AV%
Capital próprio ⁽¹⁾	4.310.020	50,7%
Capital de terceiros ⁽²⁾	4.193.854	49,3%
Total	8.503.874	100,00%

⁽¹⁾ O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido consolidado.

⁽²⁾ O capital de terceiros da Companhia é representado pela totalidade do passivo circulante e não circulante.

Reorganização Societária

Dando continuidade ao processo de reestruturação que se iniciou em 07/06/2021, abrimos um novo período de conversão de ações ordinárias em ações preferenciais para formação de Units da Companhia, que teve início em 10 de maio de 2024 e término em 10 de junho de 2024. Neste período de conversão, foram formadas 2.074.283 Units de emissão da Iguatemi, totalizando 218.252.238

Units em circulação e o capital social da Companhia passou a ser composto por 774.849.080 ações ordinárias e 443.082.050 ações preferenciais.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento consolidado da Companhia, composto por dívidas bancárias, debêntures e financiamentos, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a sua Administração acredita que a Companhia apresenta liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não se possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Administração da Companhia entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar os seus investimentos e aquisições, a sua Administração acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa e equivalente de caixa consolidado reduziu em R\$ 10.433 mil em relação a 31 de dezembro de 2023. Dentre as principais variações, destacamos:

- Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 447.107 mil;
- Caixa líquido utilizado nas atividades de Investimento de R\$ 262.689 mil negativo, gastos principalmente com investimentos em nossos ativos, além de aquisições minoritárias em alguns empreendimentos;
- Caixa das atividades de financiamento no valor de R\$ 194.851 mil negativo, valor principalmente por pagamentos de dívida e dividendos ao longo de 2024.

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, em nossa visão, com suas atividades.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item (f) estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo,

financiamento e debêntures relevantes em 31 de dezembro de 2024:

Empréstimos e financiamentos por natureza

Em R\$ mil	Em 31 de dezembro de 2024
RB Capital 96% do CDI	-
RB Capital CDI + 0,15% a.a	37.947
Banco Itaú TR + 5,0% a 8,6% a.a.	130.762
Banco Itaú TR + 6,0% a 8,6% a.a	83.556
RB Capital CDI + 1,30% a.a	95.500
RB Capital CDI + 1,30% a.a	89.325
Banco Itaú TR + 5,0% a 8,6% a.a.	64.236
Banco Itaú TR + 6,0% a 8,6% a.a	46.375
Banco Safra CDI + 1,75% a.a	-
Banco Itaú CDI + 1,40% a.a	-
RB Capital CDI +0,55% a.a.	181.204
RB Capital CDI +0,60% a.a.	24.951
RB Capital 105% CDI	249.200
RB Capital 106% CDI	45.687
Banco Bradesco 99,95% CDI	647.229
Instituições não financeiras IGP-DI	-
Debêntures e juros provisionados sobre debêntures	1.056.160
Total	3.436.199

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos

(a) Empréstimos e financiamentos

Em 29 de novembro de 2018, a Companhia Controladora fez a portabilidade da sua dívida com o Banco Bradesco para o Banco Safra, no montante de R\$61.246 mil, com taxa de 100%CDI + 1, 50% a.a., pelo prazo de 3 anos, com vencimentos anuais dos juros e do principal, previstos para 29/11/2019, 30/11/2020 e 29/11/2021. O empréstimo não possui garantias. Em 27 de novembro de 2019, a Companhia renegociou o empréstimo contratado junto ao Banco Safra, cuja taxa passou a ser de CDI +1,50% a.a. para CDI + 1,75% a.a. e o prazo se estendeu por 5 anos com parcelas vencíveis a partir de 21/12/2020 e tendo seu encerramento em 21/12/2024.

Em 26 de fevereiro de 2018, a Companhia contratou empréstimo com o Banco Itaú Unibanco S.A., no montante de R\$26.000 mil, com taxa de 100% CDI + 2,25% a.a., pelo prazo de 2 anos, com vencimentos semestrais dos juros, previstos para 27/08/2018, 26/02/2019, 26/08/2019 e vencimento do principal previsto para 26/02/2020. O empréstimo não possui garantias. A Companhia renegociou o empréstimo contratado junto ao Banco Itaú, cuja taxa passou de CDI +2,25% a.a. para CDI + 1,40% a.a. e o prazo se estendeu por 10 parcelas vencíveis a partir de 22/06/2020. Em 2024 o saldo foi liquidado (R\$5.216 em 2023) na controladora e no consolidado.

Em 23 de março de 2020, com o objetivo de aumentar sua participação no Praia de Belas Shopping Center, celebrou um financiamento com o Itaú Unibanco S.A., por meio da sua Controlada IESC, no valor de R\$ 174.600 mil, com taxa escalonada entre TR + 8,60 e TR + 5,00%, taxa essa verificada mensalmente com base na Taxa Selic apurada na data de cada vencimento. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 37,545% do Praia de Belas Shopping Center. A amortização ocorrerá no prazo de 120 meses, através do Sistema de Amortização Constante – SAC. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo era de R\$130.162 mil (R\$147.339 mil em 2023) na controladora e no consolidado. Esta operação não possui cláusula de covenants.

Em 23 de março de 2020, com o objetivo de aumentar sua participação no Esplanada Shopping celebrou um financiamento com o Itaú Unibanco S.A., por meio da sua Controlada Amuco Shopping

Ltda, no valor de R\$ 85.500 mil, com taxa escalonada entre TR + 8,60 e TR + 5,00%, taxa essa verificada mensalmente com base na Taxa Selic apurada na data de cada vencimento. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 27,3271782% do Esplanada Shopping. A amortização ocorrerá no prazo de 120 meses, através do Sistema de Amortização Constante – SAC. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo era de R\$ 64.236 mil (R\$72.383 mil em 2023). Esta operação não possui cláusula de covenants.

Em 18 de setembro de 2023, a Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração a 4ª Emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em 4 séries, a ser vinculada à 189ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) da Opea Securitizadora. A operação foi concluída em 18 de outubro de 2023 no montante total de R\$500.000, sendo: 1ª série no valor de R\$177.072 mil com remuneração de 100% CDI+ 0,55% a.a., vencimento em 16/10/2028 e amortização na mesma data; 2ª série no valor de R\$243.526 mil com remuneração de 105% do CDI, vencimento em 16/10/2028 e amortização na mesma data; 3ª série no total de R\$24.380 mil com remuneração de 100% CDI + 0,60% a.a., vencimento em 15/10/2030 e amortização em 15/10/2029 e 15/10/2030; 4ª série no total de R\$55.022 mil com remuneração de 106% do CDI, vencimento em 15/10/2030 e amortização em 15/10/2029 e 15/10/2030. Em dezembro de 2024, o saldo era de R\$501.042 mil (499.635 em 2023). Esta operação possui cláusula de covenants não financeiros como requisitos para alteração de controle societário, limitação à venda significativa de ativos entre outros.

Com o objetivo de aumentar sua participação no shopping Iguatemi JK, a Companhia celebrou um financiamento com Banco Bradesco em 06 de março de 2023, no valor de R\$667.000 mil, com taxa em TR + 9,48%. Esse contrato foi swapado na totalidade do seu fluxo a 99,95% do CDI. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 36% do shopping Iguatemi JK. A amortização ocorrerá no prazo de 216 meses sendo seu início em 06/03/2025, por meio do sistema de amortização constante (SAC). Em 31 de Dezembro de 2024, o saldo era de R\$647.229 mil (R\$645.854 em 2023). Esta operação não possui cláusula de covenants.

(b) Debêntures públicas e privadas

Décima emissão

Em outubro de 2020, a Companhia emitiu, por meio de sua controlada IESC realizou sua 10ª (décima) emissão de Debêntures, através de oferta pública via Instrução CVM 476. Foram alocadas 500.000 (Quinhentas mil) debêntures em duas séries, com vasos comunicantes, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações e com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, sendo a primeira série com vencimento final em 28 de setembro de 2025 e a segunda série com vencimento de 50% em 28 de setembro de 2026 e 50% em 28 de setembro de 2027.

A emissão de debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em setembro de 2020.

O prazo de vencimento será de 5 (cinco) anos para a primeira série e 7 (sete) anos para a segunda série, contados da data de emissão. O valor nominal das debêntures da primeira série será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento das debêntures e, o valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em duas parcelas.

Nas debêntures da primeira série, incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 2,15% ao ano, base 252 dias úteis e para a segunda série incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 2,45% ao ano, base 252 dias úteis todos calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização, até a data do efetivo pagamento de ambas as séries.

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados na rubrica “Debêntures”, como redução da dívida. Os custos a serem amortizados

em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$1.261 mil (não circulante R\$802 mil) e em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$1.719 mil (não circulante R\$1.261 mil).

Décima primeira emissão

Em julho de 2021, a Companhia emitiu, por meio de sua controlada IESC a 11ª (décima primeira) emissão de Debêntures, através de oferta pública via Instrução CVM 476. Foram alocadas 500.000 (quinhentas mil) debêntures em até duas séries, com vasos comunicantes, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações e com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, sendo a primeira série com vencimento final em 24 de junho de 2026 e a segunda série com vencimento em 24 de junho de 2028.

A emissão de debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em junho de 2021.

O prazo de vencimento será de 5 (cinco) anos para a primeira série e 7 (sete) anos para a segunda série, contados da data de emissão. O valor nominal das debêntures da primeira série será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento das debêntures e, o valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em duas parcelas anuais, sendo a primeira em junho de 2027 e a segunda na data de vencimento das debêntures.

Nas debêntures da primeira série, incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 1,48% ao ano, base 252 dias úteis e para a segunda série incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 1,63% ao ano, base 252 dias úteis todos calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização, até a data do efetivo pagamento de ambas as séries.

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados na rubrica “Debêntures”, como redução da dívida. Os custos a serem amortizados em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$1.516 mil (não circulante R\$1.093 mil).

Décima terceira emissão

Em 13 de setembro de 2024, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. foi autorizada pelo Conselho de Administração a emitir a 13ª Emissão de Debêntures simples, não conversível em ações, em série única com prazo total de 6 anos. A operação foi concluída em 25 de setembro de 2024 no montante de R\$300.000 com remuneração de 100% do CDI + 0,45% a.a., com vencimento em 20 de setembro de 2030 e amortização ao final do 5º e 6º ano. Os recursos ora captados, foram utilizados para efetuar o pagamento antecipado da 11ª Emissão de Debêntures 1ª série, cujo vencimento é 24 de junho de 2026 e tem um custo de CDI +1,48% a.a. Esta operação possui cláusula de covenants financeiros.

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados na rubrica “Debêntures”, como redução da dívida. Os custos a serem amortizados em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$3.192 (não circulante R\$2.637).

O cronograma de amortização do valor principal, classificados no passivo não circulante é como segue:

Em R\$ mil	31/12/2024
2025 10º emissão	-
2026 11º emissão	-
2027 10º emissão	400.000
2028 11º emissão	236.129
2030 13ª emissão	300.000
	936.129
Custos de emissão a apropriar	(4.533)
	931.596

A Iguatemi não possui dívida em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2024, além das captações em CDI, que representavam 90,5% do total de captação, a Iguatemi tinha 9,5% indexado à TR. O custo médio da sua dívida era de 105,0% do CDI e o prazo médio de 5,3 anos.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, além das relações de longo prazo com instituições financeiras que se encontram relatadas no item (i) acima, não temos outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

O montante total da dívida de qualquer natureza, total do Passivo Circulante somado ao total do Passivo Não Circulante consolidado da Companhia, não é contratualmente subordinado. Existe em relação à dívida subordinação legal decorrente das garantias reais prestadas pelas controladas da Companhia aos seus credores financeiros e, ainda, subordinação legal em razão da natureza do crédito, como os créditos fiscais e trabalhistas.

(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia não possui restrição aos limites de endividamento ou à contratação de novas dívidas além dos *covenants* previstos nas debêntures descritos abaixo. A Companhia cumpre mensalmente com todas as suas obrigações contratuais.

“Covenants”

As debêntures de 10ª, 11ª e 13ª emissão da Companhia, emitidas por meio de sua controlada IESC, cujos montantes em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$ 1.056.160 possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem da IESC, Dívida Líquida / EBITDA < 4,00 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00 para a 10ª e 11ª emissão, e Dívida Líquida / EBITDA < 4,50 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 1,50 para a 13ª emissão.

A exigibilidade do atendimento aos índices financeiros reportados acima é trimestral, e todas as cláusulas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2024 e não existem cláusulas de opção de repactuação.

Todos os contratos descritos na letra “f” item (ii) letras “a” e “b”, possuem cláusulas de vencimento antecipado, e suas descrições individuais já indicam com exatidão as unidades de negócio onde as dívidas foram tomadas.

g. Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Todos os financiamentos contratos pela Companhia já tiveram seus recursos recebidos e utilizados

em seus projetos.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em R\$ mil, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:				
	2024	AV % 2024	2023	AV % 2023	2024 vs. 2023
Receita Líquida de aluguéis e serviços	1.236.345	100%	1.157.163	100,00%	6,84%
Custos dos aluguéis e serviços prestados	(406.667)	(32,89%)	(418.208)	(36,14%)	(2,76%)
Lucro Bruto	829.678	67,11%	738.955	63,86%	12,28%
(Despesas) receitas operacionais gerais e administrativas	(163.231)	(13,20%)	(139.742)	(12,08%)	(16,81%)
Equivalência Patrimonial	(11.431)	(0,92%)	(33.787)	(2,92%)	(66,17%)
Outras receitas operacionais	65.848	(5,33%)	56.705	4,9%	16,12%
Outras despesas operacionais	(56.433)	(4,56%)	(10.371)	(0,90%)	444,14%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos	720.864	58,31%	622.131	53,76%	15,87%
Resultado financeiro	(251.990)	(20,38%)	(260.331)	(22,50%)	(3,20%)
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	468.874	37,92%	361.800	31,27%	29,59%
Correntes	(79.921)	(6,46%)	(74.849)	(6,47%)	6,78%
Diferidos	10.923	0,88%	21.983	1,90%	(50,31%)
Lucro (Prejuízo) Líquido do período/exercício	399.876	32,34%	308.934	26,70%	29,44%

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

Receita Líquida de Aluguéis e Serviços

A Receita líquida de aluguéis e serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 1.157.163 mil comparativamente a R\$ 1.016.341 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 13,86%. Este aumento é atribuído substancialmente a maior cobrança do aluguel percentual, devido ao forte crescimento de vendas, aos reajustes no valor de estacionamento nos empreendimentos e contínua diminuição de descontos concedidos aos lojistas.

R\$ mil, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:				
	2024	AV (%)	2023	AV (%)	Var. % 2024 vs 2023
Aluguéis	991.770	80,2%	959.316	82,9%	3,4%
Estacionamento	224.993	18,2%	200.693	17,3%	12,1%
Prestação de serviços	93.425	7,6%	81.882	7,1%	14,1%
Operações de varejo (i)	166.886	13,5%	145.283	12,6%	14,9%
Outros	-	0,0%	368	0,0%	0,0%
Receita Bruta de aluguéis e serviços	1.477.074	119,5%	1.387.542	119,9%	6,5%
Impostos e deduções	(240.729)	(19,5%)	(230.379)	(19,9%)	4,5%
Receita líquida de aluguéis e serviços (ii)	1.236.345	100%	1.157.163	100%	6,8%

- (i) Referem-se as receitas com vendas de mercadorias das operações de i-retail e e-commerce.

- (ii) A receita líquida de aluguéis e serviços foi impactada pela linearização dos descontos.

Custos dos aluguéis e serviços prestados

Os custos dos aluguéis e serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 406.667 mil comparativamente a R\$ 418.208 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma redução de 2,8%. Esta redução é atribuída à eficiência gerada na linha de outros, explicada, principalmente pela melhor taxa de ocupação dos empreendimentos, além de uma economia no custo das operações de estacionamento. e varejo, composta por Iguatemi 365 e i-Retail.

Lucro Bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 829.678 mil comparativamente a R\$ 738.955 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de 12,3%. Este aumento é atribuído substancialmente a melhora nas receitas e ao menor custo relacionado às eficiências geradas na linha de custo, mencionadas acima.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 163.231 mil comparativamente a R\$ 139.742 mil no mesmo período de 2023, o que representou um aumento de 16,8%. Este aumento é atribuído substancialmente ao maior gasto com pessoal e remuneração baseada em ações, que com o atingimento das metas da companhia tivemos um aumento na remuneração dos colaboradores.

Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 65.848 mil comparativamente a R\$ 56.705 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de 16,1%. Este aumento é atribuído a uma maior receita de desenvolvimento imobiliário no período, com a venda de fração de terrenos.

Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 10.371 mil comparativamente a uma despesa operacional de R\$ 6.551 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 58,31%. Este aumento é atribuído substancialmente a provisão para crédito de liquidação duvidosa (PDD).

Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos

O lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 720.864 mil comparativamente a R\$ 622.131 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de 15,9%. Este aumento é atribuído ao crescimento nas receitas de aluguel dos empreendimentos, bem como o crescimento de receitas operacionais.

Resultado financeiro

O resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 251.990 mil negativos comparativamente a um resultado financeiro de R\$ 260.331 mil negativos no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de 3,3%. Esta melhora é atribuída ao melhor rendimento de aplicações financeiras, ao menor custo de encargos de debêntures e outras despesas financeiras.

Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 468.874 mil comparativamente a um prejuízo de R\$ 361.800 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de 29,6%. Este aumento é atribuído ao melhor resultado financeiro do período.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente

Imposto de renda e contribuição social corrente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 79.921 mil comparativamente a R\$ 74.849 mil no mesmo período de 2023, o que representou um aumento de 6,8%. Este aumento é atribuído substancialmente à melhora dos

resultados das empresas do grupo.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido

Imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 10.923 mil comparativamente a R\$ 21.983 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma redução de 101,3%. Desta forma, a redução ocorrida em 2024 se justifica nas ativações dos prejuízos fiscais dos últimos anos.

Lucro líquido do período

O lucro líquido do período do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 399.876 mil comparativamente a um lucro líquido de R\$ \$ 308.934 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de 29,4%. Este aumento é atribuído a melhora das principais linhas de receita, redução nos custos e despesas e melhor resultado financeiro no período.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

em R\$ mil, exceto %	Exercício social encerrado em	
	31/12/2024	31/12/2023
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	447.107	378.103
Caixa líquido gerado nas (utilizado nas) atividades de investimento	(262.689)	(458.186)
Caixa líquido utilizado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	194.851	87.392
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(10.433)	7.309

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$447.107 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$378.103 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento de R\$69.004 mil, ou 18,25%, é justificado pelo maior lucro do período.

Caixa líquido gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento totalizou R\$262.689 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$458.186 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Essa variação de R\$195.497 mil, ou 74,4%, é justificada pela aquisição de participação no JK Iguatemi ocorrida em 2023.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$194.851 mil negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$87.392 positivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Essa variação de R\$107.459 mil, ou 145%, é justificada pelo aumento de dividendos distribuídos, além menor captação de recursos e maior pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultado das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas consolidadas da Companhia são provenientes dos negócios Shopping Centers representado pela sua controlada direta IESC e por suas controladas indiretas.

As receitas no Segmento de Shopping Center apresentam os seguintes componentes:

Receita Bruta (Em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:	
	2024	2023
Receita de aluguéis	991.770	959.316
Receita estacionamento	224.993	200.693
Receita de prestação de serviço	93.425	81.882
Receita varejo (i)	166.886	145.283
Receita outros	-	368
Total Receita Bruta de aluguéis e serviços	1.477.074	1.387.542
Impostos e deduções	(240.729)	(230.379)
Receita líquida de aluguéis e serviços (ii)	1.236.345	1.157.163

- (i) Referem-se as receitas com vendas de mercadorias das operações de I-Retail e e-commerce.
- (ii) A receita líquida de aluguéis e serviços foi impactada pela linearização dos descontos.

A receita de aluguéis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi principalmente composta pelo aluguel mínimo, aluguel percentual e locações temporárias.

O aluguel mínimo é um valor estabelecido contratualmente e tipicamente corrigido anualmente por um índice de inflação acordado. O aluguel percentual é calculado com base nas vendas reportadas por cada lojista, e é o valor que excede o aluguel mínimo de cada contrato. Locações temporárias, por sua vez, referem-se aos aluguéis cobrados dos quiosques, além de mídias tais como banners, adesivagens panfletagens e painéis digitais.

As receitas de taxas de administração são taxas cobradas dos demais empreendedores donos de participações nos shoppings em que administramos pela administração das propriedades, assim como dos lojistas pela administração dos condomínios.

As receitas de estacionamento são provenientes da cobrança de estacionamento dos nossos clientes.

As receitas de outros são compostas em grande parte por receitas de coparticipação, que compreende em recurso recebidos pela cessão de direitos reconhecidas de forma linear no resultado, com base no prazo de aluguel e nas receitas de corretagem, que se referem a comercialização de pontos comerciais.

As receitas variaram principalmente em função de: (i) fechamento de áreas vagas e leasing spreads positivos nos contratos renovados no período; (ii) aumento do aluguel percentual e de locações temporárias; (iii) atingimento do breakeven da operação de varejo e (iv) aumento do fluxo de veículos, somado a revisão das tarifas feitas em nossos shoppings. Além disso, os contratos de aluguéis celebrados pela Iguatemi são tipicamente renegociados a cada 5 anos e são reajustados pela inflação. O portfólio da Iguatemi atualmente está dividido em aproximadamente 3% de contratos ajustados pelo IPC e 97% pelo IGP.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não houve fatores que afetassem materialmente os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços

Com relação aos investimentos consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a receita de aluguéis respondeu por 69,1% da receita bruta de aluguéis e serviços da Companhia. Dentro da receita de aluguel, aproximadamente 83,4% provêm do aluguel mínimo, que independe da venda dos lojistas. Além disso, 7,4% são provenientes do aluguel percentual e 9,2% de locação temporária.

- As receitas de aluguel mínimo estão atreladas a contratos de aluguéis que têm duração média de 5 anos e são anualmente reajustados pela inflação. Aproximadamente 3% dos contratos são ajustados pelo IPC e 97% pelo IGP. Após o término do contrato são renegociados preços de mercado para cada contrato, o que resulta em ganhos reais na receita;
- As receitas de aluguel percentual são atreladas às vendas dos lojistas; e
- As receitas de locação temporária são atreladas a quiosques, locais de eventos e/ou locais de mídia física ou digital que são negociados (locados) temporariamente no decorrer do ano e em função disso mudam a cada negociação, não estando atreladas à inflação.

As receitas de prestação serviço responderam por 5,9% da receita bruta de aluguéis e serviços da Iguatemi no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Estas receitas estão atreladas principalmente ao resultado dos shoppings centers e gestão sobre seus condomínios.

As receitas de estacionamento responderam por 14,5% da receita bruta de aluguéis e serviços da Iguatemi no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Estas receitas estão atreladas ao fluxo de veículos e às tarifas de estacionamento que são reajustadas esporadicamente de acordo com o potencial de cada empreendimento.

As receitas das operações de varejo responderam por 10,5% da receita bruta de aluguéis e serviços da Iguatemi no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Estas receitas são relacionadas às vendas das marcas administradas pela I-Retail e pela receita da operação de *marketplace* (Iguatemi 365).

As receitas de outros são principalmente relacionadas às taxas de corretagem e a receitas de coparticipação. As taxas de corretagem estão atreladas ao valor dos novos contratos de aluguel negociados com novos lojistas e em função disso dependem da quantidade de novos lojistas que são negociados no ano. As receitas de coparticipação, por sua vez, estão atreladas à venda de pontos comerciais nos novos shoppings centers e, conseqüentemente, estão diretamente relacionadas à quantidade de ABL adicional que é inaugurada por ano.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os custos e despesas operacionais consolidados da Companhia, com exceção da depreciação e de suas receitas operacionais, são corrigidos conforme a variação da inflação no período, em virtude dos reajustes previstos nos contratos firmados com terceiros, inclusive nos contratos de locação. Tendo em vista que tanto os custos e despesas operacionais, quanto a receita operacional consolidada são reajustados pela inflação, ocorre um hedge natural que impede impactos negativos de valor relevante em virtude da sua variação. De tal forma, durante o último exercício social e no exercício corrente, não houve nenhum impacto que represente montante relevante.

Em relação ao resultado financeiro, a receita financeira é impactada diretamente por oscilações do CDI, tendo em vista que a maior parte dos recursos estão aplicados em Fundos de Renda Fixa, e que as despesas financeiras são impactadas pelas oscilações sofridas pelos indexadores atrelados aos contratos de financiamento.

A Companhia possui empréstimo indexado ao CDI. Em decorrência das emissões de debêntures e de CRI's realizadas nos últimos três exercícios sociais, o principal indexador da Iguatemi atualmente é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI impacta no montante dos juros a ser pago da dívida. Além do CDI, a Iguatemi possui contratos de Crédito Imobiliário atrelados à TR, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações de tal índice.

Em 31 de dezembro de 2024 a queda da taxa acumulada SELIC foi de 0,5 pontos percentuais contra a taxa acumulada observada no final do ano de 2023, diminuindo a despesa financeira da Companhia.

2.3 – Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os Diretores informam que, no exercício social de 31 de dezembro de 2024, não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia. A Companhia elabora suas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia esclarecem que não houve ressalvas nos pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.4 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não introduziram ou alienaram segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores informam que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária na Companhia e suas Controladas.

c. Eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não ocorreram eventos ou operações não usuais que não tenham sido refletidos nas demonstrações financeiras envolvendo a Companhia ou suas Controladas.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“[Resolução CVM 156](#)”) e consiste no lucro (prejuízo) líquido do período, ajustado pelo resultado financeiro, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos das depreciações e amortizações (“EBITDA”).

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de aluguéis e serviços (“Margem EBITDA”).

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. O EBITDA e a Margem EBITDA não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados isoladamente ou como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez da Companhia.

O EBITDA e a Margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores de rentabilidade da Companhia, pois não consideram certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos sobre o lucro, depreciação e amortização.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e Margem EBITDA da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024
EBITDA	914.762
Margem EBITDA	73,99%

Dívida Líquida

A dívida líquida é uma medição não contábil divulgada pela Companhia, e corresponde à soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) deduzida de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (circulante e não circulante). A Dívida Líquida não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida elaborada por outras empresas. A Dívida Líquida apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez, e não deve ser considerada isoladamente ou como substituto indicador de liquidez ou desempenho. A Companhia utiliza Dívida Líquida para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital. A Dívida líquida pode não ser comparável a medições com títulos semelhantes de outras companhias.

Seguem abaixo os valores da Dívida líquida em 31 de dezembro de 2024:

(em R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de	
	2024	
Dívida Líquida	1.614.844	

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e Margem EBITDA

As tabelas abaixo apresentam a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido do período/exercício para o EBITDA, bem como os cálculos da Margem EBITDA para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

(Em R\$ mil, exceto %s)	Exercício social encerrado em	
	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido do período	399.876	308.934
(+/-) Resultado financeiro líquido	251.990	260.331
(+) Imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro	68.998	52866
(+) Depreciação e amortização	193.898	174.376
(=) EBITDA ⁽¹⁾	914.762	796.507
Receita Líquida de aluguéis e serviços	1.236.345	1.157.163
(=) Margem EBITDA ⁽²⁾	73,99%	68,8%

(1) O EBITDA não é medida contábil definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não representa os fluxos de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador de desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos.

(2) Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida de aluguéis e serviços.

Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta a composição da dívida líquida em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

(em R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Empréstimos, Financiamentos e debêntures – Circulante	262.026	695.028
Empréstimos, Financiamentos e debêntures – Não Circulante	3.174.173	2.671.980
Dívida Bruta	3.436.199	3.367.008
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(49.040)	(59.473)
Aplicações Financeiras – Circulante	(1.487.942)	(1.538.714)
Aplicações Financeiras – Não Circulante	(284.373)	(11.676)
Dívida Líquida	1.614.844	1.757.145

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

A Administração acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias.

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações de carga tributária do IRPJ e da CSLL ou alterações nos níveis de depreciação e amortização.

Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro, como também da nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e obter recursos para nossas despesas de capital e nosso capital de giro. No entanto, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Dívida Líquida

A Companhia divulga a dívida líquida, pois entende ser uma métrica adequada para avaliação de endividamento e sua gestão de caixa.

2.6 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não aplicável.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

Exercício Social	31.12.2024
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Conforme previsto no Estatuto Social, do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções legais, 5% serão destinados para a constituição da Reserva Legal, até que esta atinja 20% do capital social.</p> <p>O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo do valor remanescente, após a distribuição do dividendo obrigatório e destinação do valor devido a reserva legal, destina-se à constituição de “Reserva de Investimentos”. Tal reserva terá seu valor limitado a 100% (cem por cento) do Capital Social somado à reserva de Correção Monetária do Capital Social Realizado e destinar-se-á: (a) à amortização de dívidas da Sociedade; (b) ao reforço de seu capital de giro; e (c) a investimentos em subsidiárias, a fim de que estas os destinem aos fins mencionados nas letras “a” e “b” acima e à modernização do seu parque industrial.</p>
a. i. Valores das Retenções de Lucros	<p>No exercício social encerrado em 31/12/2024, a Companhia apresentou lucro no montante de R\$ 399.771.418,37, cuja proposta de destinação submetida à AGO a realizada em 17 de abril de 2025 prevê: a) a retenção de R\$ 19.988.570,92 para a constituição da reserva legal; b) a distribuição de R\$ 200.000.000,00 como dividendos (já incluindo o montante relativo ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$ 94.945.711,86, somado ao dividendo adicional de R\$ 105.054.288,14), já tendo sido realizada a antecipação de R\$ 50.000.000,00 paga em 06 de março de 2025, e o restante será pago em três parcelas iguais no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo o pagamento da 1ª parcela em abril de 2025, a 2ª parcela em julho de 2025 e a 3ª parcela em outubro de 2025, perfazendo um dividendo por ação de R\$ 0,07238027913 por ação</p>

Exercício Social	31.12.2024
	ordinária, R\$ 0,21714083742 por ação preferencial e, portanto, R\$ 0,50666195397 por Unit, tendo como base de cálculo a posição acionária da Companhia ao final do dia 17 de abril de 2025, excluídas as ações em tesouraria, sendo que, a partir de 22 de abril de 2024, as ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos; e c) retenção do montante restante, no valor de R\$ 284.837.135,59 para reserva de lucros prevista no art. 43, “c” do Estatuto Social.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	As retenções para a reserva legal e para a reserva de lucros correspondem a, aproximadamente, 76% do lucro líquido total.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-á para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados.</p> <p>Além disso, os acionistas preferencialistas têm direito ao recebimento de dividendos e quaisquer outras distribuições de capital pela Companhia em montante equivalente a 3 (três) vezes o valor pago a cada ação ordinária, nos termos do art. 7º, “a” do Estatuto Social da Companhia.</p>
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76. A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do artigo 182 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.</p> <p>Não há outras disposições atualmente aplicáveis que restrinjam a distribuição dos dividendos.</p>
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não possui

2.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades que não estejam registradas no seu balanço patrimonial relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não estejam registrados no seu balanço patrimonial relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de construção não terminada que não estejam registrados no seu balanço patrimonial relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não estejam registrados no seu balanço patrimonial relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que, além daqueles descritos no subitem “a” acima, não há outros itens não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2024.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2024.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2024.

2.10 – Plano de negócios

a. Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Companhia

A Companhia tem como principal atividade a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista. Desta forma, por intermédio de suas controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto, atualmente, concentra seus investimentos no setor de imóveis geradores de renda, nomeadamente Shopping Centers e prédios comerciais.

Através da sua subsidiária integral IESC, a Companhia explora oportunidades seguindo uma disciplina de atuação. A busca é por propriedades com potencial de se tornarem dominantes em sua região. As localidades têm de ter relevância no plano geoeconômico nacional, principalmente nos aspectos de número de habitantes e renda total.

A administração das propriedades visa a criar experiências únicas e memoráveis de consumo e lazer, seguindo um padrão de excelência compatível com o nível de exigência dos clientes da Iguatemi que, na sua maioria, pertencem às classes mais altas de poder aquisitivo.

Além da procura contínua de novas oportunidades de investimento, a Iguatemi dispõe de aproximadamente 490 mil m2 metros quadrados de ABL (área bruta locável), com 67,4% de participação, o que, isoladamente, já representa um importante potencial de crescimento.

No plano de recursos humanos, a Companhia está atenta a promover um ambiente que estimula a captação, retenção e desenvolvimento dos melhores talentos do mercado, tanto para a Companhia quanto para suas controladas.

No mercado de capitais, a Companhia busca alternativas para elevar seu grau de governança corporativa, aumentar a liquidez de suas ações no mercado e aproximar seu valor de mercado ao real valor de suas participações, garantindo assim maior valor e transparência na relação com todos os seus acionistas e contribuindo com o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

Adicionalmente crescimento orgânico com qualidade do portfólio faz parte integral da estratégia da Companhia, ou seja, crescer por meio da expansão de suas propriedades já existentes e desenvolver novos projetos greenfield, bem como projetos multiuso, buscando sempre agregar elementos de inovação para estes empreendimentos. Desta forma, a Companhia acredita que seja possível desenvolver projetos que se destaquem por seus diferenciais arquitetônicos, inovações no varejo e um mix de lojistas diferenciado, em linha com a sua estratégia de focar nas classes A e B e nas regiões Sul, Sudeste e Brasília.

CAPEX anual total investido: o número abaixo inclui o CAPEX de aquisição de ativos, manutenção/reinvestimento nos ativos existentes do portfólio, projetos anunciados e capitalizações.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	
Investimentos (R\$ milhões) ⁽¹⁾	339,9
(1) Aquisição de ativo imobilizado, propriedade para investimento e intangível.	

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende financiar seus investimentos com a obtenção de novos recursos junto a instituições financeiras, fluxo de dividendos advindos de suas controladas e, caso necessário, outras formas de captação de recursos.

Na eventual necessidade de construção de projetos *greenfields* (desenvolvimento de novos empreendimentos) ou *brownfields* (expansão dos empreendimentos já existentes) a Companhia realizará financiamento do CAPEX por crédito imobiliário, CRI e com outras formas de financiamento junto aos bancos comerciais.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia e suas controladas não realizaram quaisquer desinvestimentos de capital nos últimos 3 exercícios sociais, bem como não possuem desinvestimentos de capital em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar

materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Comprometida com a agenda ESG, a Companhia tem se preocupado em desenvolver práticas alinhadas aos pilares de responsabilidade social, ambiental e de governança, por meio de ações diversas que envolvem todas as esferas da companhia, orientados pela nossa Política de Sustentabilidade.

A Companhia também tem constantemente se empenhado para reduzir os impactos ambientais de suas operações, desenvolvendo ações que promovam o uso racional dos recursos naturais e reduzam a geração de resíduos em toda a cadeia produtiva, além de ter como premissa investir na compra de materiais certificados, resultando em melhor aproveitamento dos recursos, buscando a redução do consumo em todas as frentes, adotando soluções de tecnologias inteligentes.

Tais esforços contínuos realizados ao longo dos últimos anos reduzem nosso impacto ambiental e, consequentemente, contribuem para atenuar as mudanças climáticas. Alguns exemplos de ações são: contratação de energia a partir de fontes renováveis, oriundas de pequenas centrais hidrelétricas, substituição de lâmpadas convencionais por lâmpadas LED, instalação de Estações de Tratamento de Esgoto, aproveitamento de água de chuvas, dupla triagem dos resíduos sólidos, elevando nossa taxa de reaproveitamento acima de 90%, entre outras iniciativas.

Em 2022 passamos a compor a carteira do ICO2, que tem como proposta ampliar a discussão sobre a economia de baixo carbono e reconhecer as empresas que tem compromisso e transparência em suas emissões e ações para redução de sua pegada de carbono.

A Iguatemi está em constante busca pela evolução dentro do ecossistema relacionado a DE&I: somos signatários do Pacto Global da ONU, contribuindo para os princípios e metas da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); aderimos aos movimentos Elas Lideram 2030, Mente em Foco e Salário Digno. Contamos hoje com mais mulheres ocupando posições de liderança 50% (gerentes e acima)

Recebemos também o Selo "Gerar Bem-estar" promovido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida e o certificado Great People Mental Health, que avalia o ambiente de trabalho em termos de saúde emocional. Tais reconhecimentos são resultado do compromisso, empenho e dedicação aplicados na temática de diversidade, equidade e inclusão.

Em 2024, a empresa passou a compor a carteira do índice IGPTW B3, composto por empresas que possuem iniciativas que prezam pelo bem-estar e desenvolvimento dos seu colaboradores. Além disso, a empresa continua compondo a carteira de diversidade (IDIVERSA B3) e a carteira de sustentabilidade B3 (ISE B3), demonstrando o nosso compromisso com as questões ESG.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e está listada no nível 1 da B3 de forma unificada. Dentro de nossa estrutura de governança é importante mencionar a presença de conselheiros independentes em todos os nossos Comitês estatutários (sendo que nosso comitê de Auditoria e Partes Relacionadas é composto exclusivamente por membros independentes, além de diversidade de gênero. Temos desenvolvido constantemente o tema de governança, apresentamos anualmente o nosso informe de Governança, elaborado com base no Código Brasileiro de Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), adotando a abordagem de “Pratique-ou-Explique”, sempre objetivando fortalecer nossos mecanismos de governança.

Instalamos o Conselho Fiscal, instalado na Assembléia Geral Ordinária realizada em 2024, órgão fiscalizador independente, de funcionamento não permanente, com atribuições e poderes conferidos pela lei. Visando justamente a fortalecer e garantir a governança corporativa, foram instituídos na Iguatemi S.A. quatro comitês estatutários para assessorar o Conselho de Administração: auditoria e partes relacionadas, finanças e alocação de capital, pessoal, cultura e ESG e riscos e compliance. Adicionalmente foram constituídos dois comitês não estatutários de assessoramento do Conselho de Administração: o comitê de Desenvolvimento e Institucional e o comitê de Negócios e transformação digital.

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os diretores da Companhia esclarecem, que não ocorreram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional consolidado, que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Conforme Anexo A da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022)

1) Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia apurou lucro líquido no exercício de 2024 no montante de R\$399.771.418,37.

2) Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos propostos pela administração perfazem R\$ 200.000.000,00, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2025. A Companhia esclarece que uma parcela inicial no valor de R\$50.000.000,00 já foi declarada a título de dividendo intermediário (a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório) e foi paga em dia 6 de março de 2025, conforme Aviso aos Acionistas divulgado em 18 de fevereiro de 2025.

Dessa forma, quanto ao dividendo mínimo obrigatório, do total de R\$94.945.711,86 devido, resta pendente o pagamento de apenas R\$44.945.711,86.

Em suma, o montante total de R\$ 200.000.000,00 a ser pago em 2025 a título de dividendos com base no lucro líquido apurado no exercício de 2024 e em reservas de lucros da Companhia na data-base de 31/12/2024 representa os seguintes valores por ação:

#		VALOR TOTAL	VALOR POR AÇÃO (R\$)		
		BRUTO (R\$)	ON	PN	UNIT
		Em (R\$)			
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	Dividendos intermediários declarados em 18/02/2025 (imputados ao dividendo mínimo obrigatório)	50.000.000,00	0,02407203860	0,07221611579	0,16850427017
	Parcela a ser declarada na AGOE	44.945.711,86			
DIVIDENDOS ADICIONAIS	Dividendos adicionais a serem declarados na AGOE	105.054.288,14	0,07238027913	0,21714083742	0,50666195397
TOTAL		200.000.000,00	0,09645231773	0,28935695321	0,67516622414

3) Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O montante de R\$94.945.711,86 representa, aproximadamente, 23,7% do lucro líquido do exercício, antes da destinação à reserva legal. No entanto, a AGOE aprovou a distribuição adicional de dividendos com base em reserva de lucros no valor acima de R\$105.054.288,14. O total de dividendos declarados na AGOE representa 50% do lucro líquido do exercício.

4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

No exercício de 2024, não foram distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor dos dividendos de R\$150.000.000,00 ora propostos, já descontados os dividendos antecipados no valor de R\$50.000.000,00, será de R\$ 0,07238027913 por ação ordinária; R\$ 0,21714083742 por ação preferencial e, portanto, R\$ 0,50666195397 por Unit, consideradas as ações em tesouraria, podendo sofrer alteração devido a quantidade de ações ordinárias, preferenciais e Units em circulação da Companhia, na data da assembleia geral que aprovar a distribuição.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos ora propostos, no valor de R\$150.000.000,00, serão pagos na forma aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2025: em três parcelas totais de R\$ 50 milhões, que corresponderão, cada uma, aos valores por ação de R\$ 0,02412675971 por ação ordinária; R\$ 0,07238027914 por ação preferencial e, portanto, R\$ 0,16888731799 por Unit, via depósito em conta corrente do beneficiário a ser realizado nas seguintes datas: 30 de abril de 2025, 30 de julho de 2025 e 30 de outubro de 2025. Os acionistas que terão direito ao dividendo serão aqueles inscritos na base acionária da Companhia em 17 de abril de 2025.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos a serem distribuídos não estão sujeitos à atualização ou juros.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data de declaração dos dividendos (isto é, a data de corte para definição dos acionistas que farão jus a tais dividendos) será a data de realização da Assembleia Geral Ordinária convocada para o dia 17 de abril de 2025 (ex-dividendos em 22/04/2025).

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Conforme tabela abaixo, a Companhia apresentou lucro líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

Exercícios findos em 31 de dezembro de	Lucro	R\$ por ação	
2024	R\$399.771.418,37	Básico	R\$ 0,3263
		Diluído	R\$ 0,3263
2023	R\$304.712.129,06	Básico	R\$ 0,2499
		Diluído	R\$ 0,2499
2022	R\$7.566.520,72	Básico	R\$ 0,0065
		Diluído	R\$ 0,0065
2021	R\$239.024.174,00	Básico	R\$0,20426
		Diluído	R\$0,20425

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício findo em 31 de dezembro de	Dividendos (em milhões)	Dividendos		
		R\$ por ON	R\$ por PN	R\$ por Unit
2023	R\$ 200.000	0,09615285953	0,28845857857	0,67307001667
2022	R\$ 110.000	0,05229047100	0,15687141296	0,36603329696
2021	R\$ 90.000	0,04875873717	0,14627621154	0,34131116019

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado a reserva legal

Nos termos da Lei das S.A., a Administração propõe a destinação de R\$19.988.570,92 à reserva legal.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do art. 193 da Lei das S.A., do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; e nos termos do art. 43 do Estatuto Social da Companhia, após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda, e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será atribuído para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável. As ações preferenciais de emissão da Companhia não têm direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme o disposto na alínea “b” do artigo 43 do estatuto social da Companhia, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202, §2º da Lei nº 6.404/76, destinar-se-á para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável. Não haverá retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável. Não haverá retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a) Identificar o montante destinado à reserva**
- b) Identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c) Explicar por que a perda foi considerada provável**

Justificar a constituição da reserva

Não aplicável. Não haverá destinação de resultado para a reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável. Não haverá destinação de resultado para a reservas de lucro a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O artigo 43 item C do Estatuto Social prevê que, por proposta dos órgãos da administração, até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido será destinado para a constituição da Reserva para Investimentos, com a finalidade indicada a seguir, que terá como limite o valor correspondente a 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social, podendo, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Nos termos do parágrafo segundo do referido artigo, a finalidade dos recursos destinadas à reserva para investimento é: (a) a preservação da integridade do patrimônio social; (b) a amortização de dívidas da Companhia; (c) o reforço de seu capital de giro; e (d) investimentos em subsidiárias, a fim de que estas os destinem aos fins mencionados nas letras "b" e "c".

- b) Identificar o montante destinado à reserva**

O montante destinado para a reserva de lucros será de R\$ 284.837.135,59.

- c) Descrever como o montante foi calculado**

Trata-se de valor correspondente a, aproximadamente, 71% do Lucro Líquido apurado no exercício social de 2024. O valor destinado à reserva correspondeu ao lucro líquido remanescente após a destinação de valores para a reserva legal e a distribuição do dividendo mínimo obrigatório.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a) Identificar o montante da retenção**
- b) Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável. Não haverá retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a) Informar o montante destinado à reserva**
- b) Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável. Não haverá destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

ANEXO III**INFORMAÇÕES RELATIVAS À EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E INDEPENDÊNCIA DOS CANDIDATOS AOS CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL**

(Conforme itens 7.3 a 7.6 do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022)

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Data de Início do primeiro mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Membro Independente
Descrição de outro cargo/função					
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	21/06/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	08/11/2006
000.365.013-87	Economista	20–Presidente do Conselho de Administração	Até 17/05/2025	Sim	Não
Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.					
Carlos Jereissati	04/09/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	31/01/2022
146.626.458-67	Administrador	22–Conselho de Administração (Efetivo)	Até 17/05/2025	Sim	Não
Membro do Comitê de Finanças e Alocação de Capital, do Comitê de Riscos e Compliance e do Comitê de Pessoas, Cultura e ESG					
Pedro Jereissati	24/05/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	25/04/2016
273.475.308-14	Administrador	21 - Vice-Presidente Cons. de Administração	Até 17/05/2025	Sim	Não
Membro do Comitê de Finanças e Alocação de Capital, do Comitê de Riscos e Compliance e do Comitê de Pessoas, Cultura e ESG					
Flávia Buarque de Almeida	04/08/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	N/A
149.008.838-59	Administradora	27–Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Até 17/05/2025	Sim	Sim
Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.					
Francisco Sergio Peixoto Pontes	01/09/1945	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	31/01/2022
066.938.307-49	Economista	27–Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Até 17/05/2025	Sim	Sim
Membro do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas e do Comitê de Finanças e Alocação de Capital					
Ana Karina Bortoni Dias	28/09/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	31/01/2022
605.649.701-15	Química	27–Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Até 17/05/2025	Não	Sim
Membro do Comitê de Pessoas, Cultura e ESG					
Rony Meisler	04/03/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	N/A

055.354.457-89	Empresário	22–Conselho de Administração (Efetivo)	Até 17/05/2025	Não	Sim
Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.					
Pedro Santos Ripper	18/07/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	31/01/2022
012.277.917-71	Engenheiro	27–Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Até 17/05/2025	Não	Sim
Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.					
Leonardo Leirinha Souza Campos	02/02/1972	Conselho Fiscal	17/04/2025	AGO 2026	29/04/2022
021.057.757-64	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	Até 17/05/2025	Sim	N/A
Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.					
Jorge Moyses Dib Filho	20/08/1949	Conselho Fiscal	17/04/2025	AGO 2026	24/04/2012
497.214.108-53	Administrador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	Até 17/05/2025	Sim	N/A
Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.					
Giselle Citaine Ilchechen Coelho	06/11/1980	Conselho Fiscal	17/04/2025	AGO 2026	-
032.395.219-46	Bancária	40 - Pres. C.F.Eleito p/Minoritários	Até 17/05/2025	Não	N/A
Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.					
Ana Cristina Remigio de Oliveira Bastos	20/10/1973	Conselho Fiscal	17/04/2025	AGO 2026	-
484.346.121-00	Engenheira	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minoritários	Até 17/05/2025	Não	N/A
Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.					
Sergio Bernstein	16/04/1937	Conselho Fiscal	17/04/2025	AGO 2026	29/04/2022
007.296.208-91	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	Até 17/05/2025	Sim	N/A
Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.					
Antônio Adriano Farinha Campos	13/06/1952	Conselho Fiscal	17/04/2025	AGO 2026	26/04/2017
643.055.388-49	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	Até 17/05/2025	Sim	N/A
Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati - 000.365.013-87

Graduado em Economia, tendo cursado seus dois primeiros anos na Universidade Federal do Rio de Janeiro e se formado pela Universidade Mackenzie de São Paulo em 1968. Ocupa o cargo de Presidente dos Conselhos de Administração das Empresas do Grupo Jereissati desde 1980, o qual compreende as empresas Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A, Jereissati Participações S.A. (atual Iguatemi S.A.) e Grande Moinho Cearense S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo), Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Vidraria Santa Marina (Grupo Saint Gobain) e Presidente do Conselho Executivo da ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers), e membro do Conselho Consultivo do SECOVI (Sindicado das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais em São Paulo). Foi membro do Conselho de Administração da Tele Norte Leste Participações S.A. de 1998 a 2012, do qual foi Presidente por 4 anos. Em 25/06/1986 recebeu o Título de Cidadão Paulistano pela Câmara Municipal de São Paulo. Em 21/04/1996 foi condecorado com a Medalha Tiradentes pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Em 21/04/2008 foi condecorado com a Grande Medalha da Inconfidência pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Em 22/03/2017 foi condecorado com a Medalha da Abolição pelo Governo do Estado do Ceará.

O Sr. Carlos Francisco Jereissati declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Carlos Jereissati - 146.626.458-67

Formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV- EAESP 94), Carlos Jereissati Filho atua na Iguatemi Empresa de Shopping Centers desde 1997. De 2005 a 2021, assumiu a presidência da subsidiária da Companhia, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., sendo principalmente responsável por decidir e implementar a estratégia da companhia. Dentre outras atividades, ao longo dos últimos dez anos, liderou o processo de abertura de capital e inaugurou oito novos empreendimentos. Adicionalmente, Carlos Jereissati foi presidente da ABRASCE - Associação Brasileira de Shopping Centers - entre 2002 e 2004. É membro do ICSC – International Council of Shopping Centers, do ULI - Urban Land Institute, membro conselheiro do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo – SECOVI, conselheiro da OSCIP Parceiros da Educação, Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável e de instituições como a Fundação Bienal de São Paulo, Pinacoteca do Estado de São Paulo e MASP - Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.

O Sr. Carlos Jereissati declarou, para todos os fins de direito, que, nos últimos 5 anos, não sofreu nenhuma condenação criminal. Também não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Pedro Jereissati - 273.475.308-14

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), se especializou em Administração de Empresas (MBA) pela Kellogg School of Management da Northwestern University, em Chicago, Estados Unidos. O executivo iniciou a sua trajetória profissional em 1995, na área de operações da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. Desde então, ocupou diversas posições no Grupo Jereissati: Vice-Presidente responsável por Fusões e Aquisições, CFO e Diretor de Relações com Investidores da Iguatemi Empresa de Shopping Centers, Presidente da JPSP Investimentos, Diretor Presidente da Jereissati Participações S.A. (atual Iguatemi S.A.) e, atualmente, ocupa a função de membro do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, Pedro foi sócio do Banco BTG Pactual entre os anos 2014 a 2016.

O Sr. Pedro Jereissati declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Flavia Buarque de Almeida – 149.008.838-59

Flavia Buarque de Almeida possui graduação pela Fundação Getulio Vargas (1989) e MBA pela Universidade de Harvard (1994). De 1989 a 2003, foi Consultora e Sócia da McKinsey & Company. De maio de 2003 a setembro de 2009, atuou como Diretora Geral da Participações Morro Vermelho. De novembro de 2009 a abril de 2013, foi Sócia do grupo Monitor, responsável por suas operações na América do Sul. Foi diretora da BRF SA de 2018 a 2022. Em julho de 2013, Flavia Buarque de Almeida ingressou no Grupo Península como head do negócio de Private Equity. Tornou-se Diretora Geral em janeiro de 2016 e sócia da Península Capital no mesmo ano. Em junho de 2019, tornou-se CEO da Península Capital. Também é Diretora da W2W e-commerce de Vinhos SA desde agosto de 2016 e da Ultrapar Participações SA desde maio de 2019. A Sra. Flavia Almeida declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ana Karina Bortoni Dias - 605.649.701-15

Bacharel em Ciências Químicas, com mestrado na mesma área pela Universidade de Brasília. Atuou por 19 anos em consultoria com foco no setor de finanças, programas de governança corporativa e transformações incluindo cultura digital e gestão de performance. Se tornou sócia da McKinsey & Company em 2010, onde trabalhou com alguns dos maiores conglomerados do Brasil até março de 2019. Logo após foi eleita Presidente do Conselho de Administração do Banco BMG, deixando o cargo em 2020 quando assumiu a cadeira de CEO na mesma instituição.

A Sra. Ana Karina Bortoni Dias declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Pedro Santos Ripper - 012.277.917-71

Formado em Engenharia de Computação pela PUC do Rio em 1996 e Mestre em Engenharia de Software conjunto pela PUC do Rio e pelo MIT (Media Lab) nos EUA em 1998. Concluiu também o Advanced Management Program pela Harvard Business School nos EUA em 2007. Foi Diretor da consultoria de gestão e estratégia em tecnologia e telecom pela DiamondCluster em Barcelona, Diretor Executivo do grupo Promon Tecnologia e Presidente da Operação da Cisco Systems no Brasil. Foi também Vice-Presidente da Oi S.A., onde liderou diversas áreas como estratégia, novos negócios, tecnologia, inovação e M&A. Nos últimos 5 anos mudou o foco de sua carreira para empreender e investir em empresas de Tecnologia. Hoje é presidente e sócio da Bemobi, empresa de origem brasileira que se globalizou atuando em 40 países na

distribuição de aplicativos móveis. É também sócio e presidente do conselho da Mobicare. Adicionalmente é Conselheiro Independente da Positivo Informática S.A. (B3: POSI3) desde 2004 e 2004 e da BR Distribuidora desde 2019 (BVMF: BRDT3). O Sr. Pedro Ripper declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Rony Meisler – 055.354.457-89

O Sr. Rony é graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em engenharia de produção. O Sr. Rony é fundador do Grupo Reserva, tendo atuado como Diretor Presidente das empresas do grupo Reserva, Vamoquevamo Empreendimentos e Participações S.A. e da Tiferet Comércio de Roupas Ltda. desde 2006 até a presente data. Atualmente, a Tiferet é subsidiária integral da Companhia. O Sr. Rony informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Rony declara, ainda, que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM; e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Rony declara, portanto, estar devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

O Sr. Rony Meisler declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Francisco Sérgio Peixoto Pontes - 066.938.307-49

Atualmente é diretor da SPONTES Assessoria Econômica, através da qual presta consultoria a diversas empresas. Trabalhou em empresas e instituições financeiras relevantes ao longo de sua carreira. Iniciou sua vida profissional na Petrobrás Química S.A. na qual era responsável por analisar oportunidades de aquisições. Posteriormente, na Shell do Brasil, chefou o departamento responsável por estudos de investimentos no segmento de petróleo. No Banco Bozano Simonsen de Investimentos, foi responsável pela equipe de análise de renda variável e produtos na área de Asset Management. No Banco Boavista, ocupou a posição de Diretor-Executivo, responsável pela gestão dos fundos de renda fixa, renda variável, carteiras administradas e operações de M&A. Foi membro do Conselho de Administração da CELMA, companhia que atua na área de produção de peças e prestação de serviços para a indústria aeronáutica e que veio a ser adquirida pela General Electric.

O Sr. Francisco Sérgio Peixoto Pontes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Leonardo Leirinha Souza Campos - 021.057.757-64

Leonardo Leirinha Souza Campos é graduado em Administração e em Ciências Contábeis, com MBA pela COPPEAD/UFRJ. Possui mais de 25 anos de experiência em finanças corporativas, private equity, auditoria e relacionamento com investidores e reguladores. É Diretor do Grupo Listo, tendo iniciado sua carreira na PwC, e atuado, posteriormente, no segmento financeiro (BTG Pactual e Credit Suisse Brasil) e na economia real (varejo farmacêutico e energia).

O Sr. Leonardo Leirinha Souza Campos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Jorge Moyses Dib Filho - 497.214.108-53

Formado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - FGV em 1976. Iniciou sua carreira na Du Pont do Brasil S.A. Indústrias e Comércio (05/1969-04/1973). Exerceu a função de Controller para a América Latina e Espanha no Grupo Astra Pharmaceuticals (Suécia) (04/1973-04/1984), trabalhou na Eluma S.A. Indústria e Comércio (04/1984-08/1986) e foi Diretor Administrativo e Financeiro da D F Vasconcellos S.A. Óptica e Mecânica de Alta Precisão (08/1986-06/1992). Trabalhou no Grupo Jereissati por 24 anos (1992-2016), tendo exercido, nos últimos anos, as funções de Diretor de Auditoria Corporativa (até 30/06/2016) e Membro e Coordenador do Comitê de Ética do Grupo (até 30/06/2016). Ocupa atualmente posição de Membro do Conselho Fiscal da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (desde 04/2008) e Membro do Conselho Fiscal da Jereissati Participações S.A., atual Iguatemi S.A. (desde 04/2012), além de exercer função de Consultor para o Grupo (a partir de 01/07/2016).

O Sr. Jorge Moyses Dib Filho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação

para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
<p>Giselle Cilaine Ilchechen Coelho - 032.395.219-46</p> <p>Atuou como Diretora Executiva Administração de Fundos e Gestão Corporativa da BB Asset de 14/09/2022 até 11/07/2024. De 2022 até 2024, também exerceu o cargo de Gerente Executiva de Tecnologia e Informação da BB Asset. A Sr. Giselle também atuou como Gerente Executiva Gestão da Empresa da BB Asset (2018-2021). Além disso, exerce o cargo de Conselheira Fiscal em outras Companhias Abertas.</p> <p>A Sra. Giselle Cilaine Ilchechen Coelho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>
<p>Ana Cristina Remígio de Oliveira Bastos - 484.346.121-00</p> <p>Nos últimos 5 anos, atuou como CEO da Amata e da Urbem. A Amata é uma empresa florestal com forte interface com comunidades, certificadores e autoridades. Na Urbem, liderou a captação de recursos para uma fábrica de madeira engenheirada no Estado do Paraná, que está em operação desde 2022. É Presidente do Conselho da Protendit, uma empresa de Concreto Protendido, na qual atua há pouco mais de 2 anos. É sócia de duas Consultorias, uma de estratégia empresarial e outra de engajamento, advocacy e capacitação.</p> <p>A Sra. Ana Cristina Remígio de Oliveira Bastos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>
<p>Sergio Bernstein - 007.296.208-91</p> <p>Engenheiro formado pela Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro (atual UFRJ) com vários cursos de Finanças e Administração no Brasil e no exterior. De 1990 a 2007 foi Vice-Presidente do Grupo Jereissati, tendo sido responsável por analisar e desenvolver a estratégia da Companhia, dentre outras atividades. Anteriormente, trabalhou por 27 anos na General Electric do Brasil, empresa de infraestrutura, serviços financeiros e mídia, tendo sido Diretor Controller por 6 anos e Vice-Presidente de Finanças por 4 anos.</p> <p>O Sr. Sergio Bernstein declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>
<p>Antônio Adriano Farinha Campos - 643.055.388-49</p> <p>Formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1977, com mestrado em Economia do Desenvolvimento em 1980 pela Universidade de Paris I – Panthéon Sorbonne. Foi Superintendente da Cobal, Companhia Brasileira de Alimentos, do Ministério da Agricultura entre 1983 e 1987. Foi Perito da FAO/ONU entre 1987 e 1990. A partir de 1990, começou a prestar serviços para o Grupo Jereissati, principalmente para o Grande Moinho Cearense S.A., como diretor de Planejamento Estratégico. Em 1998, fundou a empresa Cirne & Campos Ltda., que atua no apoio da compra e abastecimento de indústrias de moagem de trigo. Atualmente é sócio gerente da Cirne & Campos e presta serviços para o Grande Moinho Cearense e Moinho Paulista.</p> <p>O Sr. Antonio Farinha Campos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

7.4 - Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Nome	Data de Nascimento	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Data de início do primeiro mandato	Data de posse	Eleito pelo controlador
Descrição de outros cargos ocupado				
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Francisco Sergio Peixoto Pontes	01/09/1945	Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/2023	AGO 2025
066.938.307-49	Economista	31/03/2022	20/04/2023	Sim

Membro do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas				
Membro Independente do Conselho de Administração e do Comitê de Finanças e Alocação de Capital				
Carlos Jereissati	04/09/1971	Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/2023	AGO 2025
146.626.458-67	Administrador	31/03/2022	20/04/2023	Sim
Membro do Comitê de Finanças e Alocação de Capital				
Membro do Conselho de Administração				
Pedro Jereissati	24/05/1978	Outros - Coordenador	20/04/2023	AGO 2025
273.475.308-14	Administrador	31/03/2022	20/04/2023	Sim
Membro do Comitê de Finanças e Alocação de Capital				
Vice-presidente do Conselho de Administração				
Francisco Sérgio Peixoto Pontes	01/09/1945	Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/2023	AGO 2025
066.938.307-49	Economista	31/03/2022	20/04/2023	Sim
Membro do Comitê de Finanças e Alocação de Capital				
Membro Independente do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas				
Pedro Jereissati	24/05/1978	Outros - Coordenador	20/04/2023	AGO 2025
273.475.308-14	Administrador	31/03/2022	20/04/2023	Sim
Membro do Comitê de Riscos e Compliance				
Vice-presidente do Conselho de Administração e do Comitê de Finanças e Alocação de Capital				
Carlos Jereissati	04/09/1971	Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/2023	AGO 2025
146.626.458-67	Administrador de Empresas	31/03/2022	20/04/2023	Sim
Membro do Comitê de Riscos e Compliance				
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Finanças e Alocação de Capital				
Carlos Jereissati	04/09/1971	Outros - Coordenador	20/04/2023	AGO 2025
146.626.458-67	Administrador de Empresas	27/07/2022	20/04/2023	Sim
Outros Comitês - Comitê de Pessoas, Cultura e ESG				
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Finanças e Alocação de Capital				
Pedro Jereissati	24/05/1978	Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/2023	AGO 2025
273.475.308-14	Administrador	27/07/2022	20/04/2023	Sim
Outros Comitês - Comitê de Pessoas, Cultura e ESG				
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Finanças e Alocação de Capital				
Ana Karina Bortoni Dias	28/09/1971	Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/2023	AGO 2025
605.649.701-15	Executiva	27/07/2022	20/04/2023	Sim
Outros Comitês - Comitê de Pessoas, Cultura e ESG				
Membro independente do Conselho de Administração				

7.5 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii)

controladores diretos ou indiretos do emissor**d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Iguatemi S.A.	60.543.816/0001-93	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Controladora da Companhia Iguatemi S.A.				
Pessoa relacionada				
Carlos Jereissati	146.626.458-67	Iguatemi S.A.	60.543.816/0001-93	
Membro do Conselho de Administração da Companhia e da controlada direta Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A, Diretor Vice-Presidente e membro do Conselho de Administração do Grande Moinho Cearense S.A. É acionista da controladora da Companhia, GJ Investimentos e Participações S.A. ("GJI") titular de 0,77% das suas ações.				
Observação: -				
Administrador do emissor ou controlada				
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Iguatemi S.A.	60.543.816/0001-93	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Controladora da Companhia Jereissati Participações S.A.				
Pessoa relacionada				
Erika Jereissati Zullo	135.520.678-25	Iguatemi S.A.	60.543.816/0001-93	
Diretora da Companhia e Diretora na controlada direta Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. É acionista da controladora da Companhia, GJ Investimentos e Participações S.A. ("GJI") titular de 0,77% das suas ações.				
Observação: -				
Administrador do emissor ou controlada				
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Iguatemi S.A.	60.543.816/0001-93	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Controladora da Companhia Jereissati Participações S.A.				
Pessoa relacionada				
Pedro Jereissati	273.475.308-14	Iguatemi S.A.	60.543.816/0001-93	
Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, é acionista da controladora da Companhia, GJ Investimentos e Participações S.A. ("GJI") titular de 0,77% das suas ações.				
Observação: -				

7.6 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social**
- controlador direto ou indireto do emissor**
- caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Exercício Social: 01/01/2024 a 31/12/2024

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2024			
Administrador do Emissor			
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
GJ Investimentos e Participações S.A.	00.257.427/0001-70		
Acionista controlador detendo 45,96% do capital da GJ Investimentos e Participações S.A.			
Observações			
N/A			
Exercício Social 31/12/2024			
Administrador do Emissor			
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	51.218.147/0001-93		
Presidente do Conselho de Administração da Iguatemi e controlador indireto, por meio de sua participação na GJ Investimentos e Participações S.A.			
Observações			
N/A			
Exercício Social 31/12/2024			
Administrador do Emissor			
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Beekman Resources Ltd	16.523.889/0001-21		
Acionista controlador detendo 100% do capital da Beekman			
Observações			
N/A			
Exercício Social 31/12/2024			
Administrador do Emissor			
Pedro Jereissati	273.475.308-14	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.

51.218.147/0001-93

Acionista indireto por meio de suas participações na GJ Investimentos e Participações S.A. e Anwold Investimentos Inc.

Observações

N/A

Exercício Social 31/12/2024

Administrador do Emissor

Carlos Jereissati	146.626.458-67	Controle	Controlada Direta
-------------------	----------------	----------	-------------------

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	51.218.147/0001-93
---	--------------------

Membro do Conselho de Administração da Iguatemi. Acionista indireto por meio de suas participações na GJ Investimentos e Participações S.A. e Anwold Investimentos Inc.

Observações

N/A

Exercício Social 31/12/2024

Exercício Social: 01/01/2023 a 31/12/2023

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Cargo/Função

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Controle	Controlador Direto
-------------------------------------	----------------	----------	--------------------

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

GJ Investimentos e Participações S.A.	00.257.427/0001-70
---------------------------------------	--------------------

Acionista controlador detendo 45,96% do capital da GJ Investimentos e Participações S.A.

Observações

N/A

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Controle	Controlada Direta
-------------------------------------	----------------	----------	-------------------

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	51.218.147/0001-93
---	--------------------

Presidente do Conselho de Administração da Iguatemi e controlador indireto, por meio de sua participação na GJ Investimentos e Participações S.A.

Observações

N/A

Exercício Social 31/12/2023**Administrador do Emissor**

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Controle	Controlador Direto
-------------------------------------	----------------	----------	--------------------

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Beekman Resources Ltd	16.523.889/0001-21
-----------------------	--------------------

Acionista controlador detendo 100% do capital da Beekman

Observações

N/A

Exercício Social 31/12/2023**Administrador do Emissor**

Pedro Jereissati	273.475.308-14	Controle	Controlada Direta
------------------	----------------	----------	-------------------

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	51.218.147/0001-93
---	--------------------

Acionista indireto por meio de suas participações na GJ Investimentos e Participações S.A. e Anwold Investimentos Inc.

Observações

N/A

Exercício Social 31/12/2023**Administrador do Emissor**

Carlos Jereissati	146.626.458-67	Controle	Controlada Direta
-------------------	----------------	----------	-------------------

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	51.218.147/0001-93
---	--------------------

Membro do Conselho de Administração da Iguatemi. Acionista indireto por meio de suas participações na GJ Investimentos e Participações S.A. e Anwold Investimentos Inc.

Observações

N/A

Exercício Social: 01/01/2022 a 31/12/2022

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2022			
Administrador do Emissor			

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Controle	Controlador Direto
-------------------------------------	----------------	----------	--------------------

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

GJ Investimentos e Participações S.A.	00.257.427/0001-70
---------------------------------------	--------------------

Acionista controlador detendo 45,96% do capital da GJ Investimentos e Participações S.A.

Observações

N/A

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Controle	Controlada Direta
-------------------------------------	----------------	----------	-------------------

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	51.218.147/0001-93
---	--------------------

Presidente do Conselho de Administração da Iguatemi e controlador indireto, por meio de sua participação na GJ Investimentos e Participações S.A.

Observações

N/A

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Controle	Controlador Direto
-------------------------------------	----------------	----------	--------------------

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Beekman Resources Ltd	16.523.889/0001-21
-----------------------	--------------------

Acionista controlador detendo 100% do capital da Beekman

Observações

N/A

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor

Pedro Jereissati	273.475.308-14	Controle	Controlada Direta
------------------	----------------	----------	-------------------

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	51.218.147/0001-93
---	--------------------

Acionista indireto por meio de suas participações na GJ Investimentos e Participações S.A. e Anwold Investimentos Inc.

Observações

N/A

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor

Carlos Jereissati	146.626.458-67	Controle	Controlada Direta
-------------------	----------------	----------	-------------------

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.

51.218.147/0001-
93

Membro do Conselho de Administração da Iguatemi. Acionista indireto por meio de suas participações na GJ Investimentos e Participações S.A. e Anwold Investimentos Inc.

Observações

N/A

ANEXO IV

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme item 8 do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022)

8.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, e para os membros do Conselho Fiscal, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 6 de setembro de 2022, que está arquivada na sede social da Companhia e disponível nos websites da CVM, da B3 e de relações com investidores da Companhia e, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, visa a atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos em questão e dos acionistas da Companhia, considerando, proporcionalmente, a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às funções, a competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado com foco em sua perenidade e criação de valor no longo prazo.

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa e remuneração variável, que é estabelecida de acordo com as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária e não estatutária:

Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável e à remuneração baseada em ações.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração:

Os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração fazem jus apenas à remuneração fixa, que é estabelecida de acordo com as práticas de mercado.

Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa.

b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar anualmente o montante global da remuneração dos membros da sua administração. Cabe, porém, ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da diretoria. A área de RH e o Comitê de Pessoas da Companhia também participam do processo de definição da remuneração da administração.

ii. Critérios e metodologia utilizada para fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Anualmente, efetuamos o reajuste das faixas salariais da remuneração fixa em conformidade com a legislação trabalhista e na data base dos dissídios coletivos inerentes à categoria dos empregados. Adicionalmente, concedemos reajustes salariais nas remunerações fixas por mérito, promoção, enquadramento ou equiparação, sempre baseados no desempenho do colaborador,

nível e posição na faixa salarial. A política é válida para todos os colaboradores da Companhia, incluindo Diretoria Estatutária e não Estatutária. Para a definição da faixa salarial de cada colaborador, a Companhia baseia-se na média das remunerações praticadas no mercado, para funções comparáveis, de acordo com estudos anuais realizados por consultoria independente.

Os benefícios são tipicamente ajustados pela inflação, mas também são revistos esporadicamente em função de estudos realizados por consultoria independente, na forma descrita no parágrafo acima.

A remuneração variável é paga em número de salários e, portanto, acompanha o reajuste da remuneração fixa, mas depende fundamentalmente da performance individual dos administradores da Companhia, medida a partir de um painel de indicadores específicos para cada executivo, e também da performance corporativa medida com base no atingimento das metas estabelecidas no plano de negócios da Companhia. O peso do painel na performance global varia em função da senioridade e cargo de cada executivo da Companhia.

Para membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, a remuneração fixa é aprovada todo ano em Assembleia Geral Ordinária e os montantes são reajustados de acordo com os valores praticados no mercado.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia de forma anual a adequação da Política de Remuneração aos objetivos da Companhia.

c) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- ***seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor***

Remuneração fixa

A remuneração fixa tem como objetivo remunerar o escopo de atuação, a responsabilidade e o desempenho de cada membro da administração da Companhia, alinhada com as práticas de mercado. É composta por salário fixo e/ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos, previdência privada e INSS.

- Salário fixo e ou pró-labore: é a remuneração mensal paga de acordo com atribuições e responsabilidades de cada cargo da administração da Companhia.
- Benefícios diretos e indiretos: pacote de benefícios oferecidos pela Companhia, que visa a oferecer aos seus empregados programas de assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida em grupo, auxílio alimentação, auxílio farmácia, previdência privada, dentre outros. O pacote de benefícios oferecido pela Companhia visa a complementar sua política de remuneração tornando-a competitiva no mercado.
- Benefícios pós-emprego: a Companhia oferece a todos os seus empregados a opção de participar do plano de previdência privada, com o objetivo de complementar sua política de remuneração, tornando-a competitiva no mercado.
- INSS: mensalmente a Companhia contribui com o Instituto de Nacional de Seguro Social (INSS) atendendo a sua obrigatoriedade e resguardando seus empregados quanto a futura aposentadoria, auxílio-doença, auxílio acidente, entre outros.

Remuneração variável

A remuneração variável da Companhia consiste em incentivos (“Bônus”) que tem o objetivo de incentivar e premiar os membros da Diretoria caso alcancem as metas previstas no plano de negócio (metas de resultado e performance) do ano da Companhia e suas controladas. A política de remuneração da Companhia possui como diretriz o Plano Iguatemi de Bonificação e um plano de incentivo de longo prazo:

Plano Iguatemi de Bonificação: Este programa utiliza um sistema de KPIs (Key Performance Indicators) para determinar o pagamento do bônus de final de ano. O funcionamento do referido Plano se dá a partir de nossas metas globais, que uma vez cumpridas, possibilitam a elegibilidade dos colaboradores, que recebem uma nota ponderada entre a performance da Companhia e a performance individual, nota esta utilizada para determinar os valores distribuídos.

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (aprovado em AGE – 11/08/2022): Este Plano tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas aos Colaboradores Elegíveis selecionados pelo Comitê de Remuneração e aprovados pelo Conselho de Administração, com vistas a, principalmente: (a) estimular a melhoria da gestão da Companhia e de suas Controladas, conferindo aos Participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo, dando-lhes, ainda, uma visão empreendedora e corporativa; (b) estimular a atração e retenção dos administradores, empregados e prestadores de serviços; (c) suportar o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas da Companhia, maximizando o nível de comprometimento dos administradores e empregados com a geração de resultados sustentáveis para a Companhia; e (d) ampliar a atratividade da Companhia e de suas Controladas.

O formato da remuneração acima descrita busca incentivar os colaboradores a procurar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes. Buscamos obter tal alinhamento por meio das seguintes perspectivas:

- (i) No curto prazo: salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado;
- (ii) No médio prazo: pagamento de participação nos nossos resultados e bônus, de acordo com o cumprimento de metas pré-estabelecidas; e
- (iii) No longo prazo: outorga de ações restritas (aprovados na AGE de 11/08/2022) aos membros de nossa administração.

- ***sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais***

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na remuneração total dos administradores da Companhia para os períodos nela indicados:

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	64%	39,1%	100,0%
Remuneração Variável	36%	27,8%	0,0%
Pós Emprego	0,0%	0,9%	0,0%
Remuneração Baseada em Ações	0,0%	32,2%	0.0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	64,2%	45,8%	100,0%
Remuneração Variável	35,8%	26,5%	0,0%
Pós Emprego	0,0%	1,0%	0,0%
Remuneração Baseada em Ações	0,0%	26,7%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100%	41,7%	100%
Remuneração Variável	0%	29,3%	0%
Pós Emprego	0%	0,5%	0%
Remuneração Baseada em Ações	0%	28,5%	0%
TOTAL	100%	100%	100%

Nota às tabelas: As informações acima refletem toda a remuneração paga aos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia por cargos exercidos na própria Companhia, ainda que o referido pagamento tenha sido suportado por sociedade controlada, nos termos referenciados no item (d) abaixo.

- ***sua metodologia de cálculo e de reajuste***

A remuneração fixa é determinada de acordo com as funções e responsabilidades de cada um em relação aos demais funcionários, a fim de manter o equilíbrio interno da nossa Companhia.

Para o Plano Iguatemi de Bonificação, o pagamento está atrelado ao EBITDA atingido pela Companhia no ano em referência. Para que haja distribuição em decorrência do Plano, deverá ser alcançado percentual mínimo previamente estabelecido do EBITDA orçado para o ano em questão. A partir do atingimento do referido percentual, o múltiplo de salários a ser pago aos colaboradores elegíveis depende da nota da Companhia, nota individual e parcela discricionária. A nota da Companhia depende de vários fatores como metas de rentabilidade, agenda de novos negócios, investimentos realizados novos negócios divulgados ao longo do ano, evolução na jornada do colaborador e mais recentemente foi incluída o indicador relacionado a ESG.

O Plano de Ações Restritas, aprovado em AGE (11/08/2022), é administrado pelo Conselho de Administração, que referenda aqueles que farão jus aos incentivos que venham a ser outorgados indicados pelo Comitê de Remuneração.

- ***principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG***

Conforme indicado nos itens anteriores, a Companhia leva em consideração o EBITDA atingido pela Companhia no ano em referência, metas de rentabilidade, agenda de novos negócios, investimentos realizados novos negócios divulgados ao longo do ano, evolução na jornada do colaborador e mais recentemente foi incluída o indicador relacionado a ESG, que inclui métricas como redução do turnover, evolução da nota de índices relacionados ao tema (ISE e CDP).

Qualquer mudança nos itens da remuneração está diretamente atrelada à performance individual e da Companhia e alcance das metas no período em questão, já que os aumentos salariais, as variações dos múltiplos salariais recebidos como participação nos resultados e a quantidade de ações outorgadas estão diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado. O Plano de Units Restritas também conta com a aplicação de matching e para concessão do matching o Comitê de Pessoas analisará a performance, a qualidade dos desafios estabelecidos (KPIs) e o potencial futuro de cada elegível, bem como a performance da empresa e as expectativas para o futuro.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia pratica remuneração fixa de acordo com o mercado e concentra uma parcela da remuneração total nas componentes variáveis com o objetivo de motivar os funcionários e administradores a atingir as metas da Companhia e alinhar o modelo de remuneração da Companhia às expectativas do mercado, inserindo objetivos de curto, médio e longo prazo.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Alguns membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria da Companhia são funcionários e/ou administradores em outras empresas do grupo, recebendo exclusivamente salários pelo exercício de suas funções nestas empresas. Enquanto os membros do Conselho de Administração de cada sociedade recebem suas remunerações por essas funções de modo segregado as respectivas sociedades nas quais exercem as funções de conselheiros, os membros da Diretoria Estatutária recebem a remuneração baseada em ações pela Companhia e as demais verbas remuneratórias (i.e. Remuneração Fixa e participação de resultados) pela IESC. Para maiores informações, vide item 8.15 deste Formulário de Referência.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 – Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (2025)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.070.619	-	425.321	4.495.941
Benefícios direto e indireto		-	-	
Participações em comitês	4.486.203	-	-	4.486.203
Outros	-	-	-	
Descrição de outras remunerações fixas		-		
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	5.400.000	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	10.027.000	-	10.027.000
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total remuneração	13.956.823	10.027.000	425.321	24.409.144

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.659.966	-	384.000	4.043.966
Benefícios direto e indireto	-	-	-	
Participações em comitês	4.019.908	-	-	4.019.908
Outros	-	-	-	
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	3.563.292	-	-	3.563.292
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	9.592.434	-	9.592.434
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total remuneração	11.243.166	9.592.434	384.000	21.219.600

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.634.440	-	384.000	4.018.440
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participações em comitês	3.488.870	-	-	3.488.870
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-			
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	4.400.000	-	-	4.400.000
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	7.168.310	-	7.168.310
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total remuneração	11.523.310	7.168.310	384.000	19.075.620

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	6,25	5,00	3,00	14,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.109.600	-	322.022	2.431.622
Benefícios direto e indireto		-	-	-
Participações em comitês	1.616.100	-	-	1.616.100
Outros		-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-			
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	6.948.065	-	6.948.065
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total remuneração	3.725.700	6.948.065	322.022	10.995.788

8.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o Exercício Social corrente (2025)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	-	13,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	-	13,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	2.700.000	-	-	2.700.000
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	8.100.000	-	-	8.100.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	5.400.000	-	-	5.400.000

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	-	13,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	-	13,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	-	-	-	-
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	2.200.000	-	-	2.200.000
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	6.600.000	-	-	6.600.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	4.400.000	-	-	4.400.000
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	3.563.292	-	-	3.563.292

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	-	13,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	-	13,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	-	-	-	-
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	2.200.000	-	-	2.200.000
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	6.600.000	-	-	6.600.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	4.400.000	-	-	4.400.000
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	4.400.000	-	-	4.400.000

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	6,25	5,00	3,00	14,25
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	-	-	-	-
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	-	-	-	-
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	-	-	-	-

8.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de agosto de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Incentivo de Longo Prazo – Units Restritas (“Plano”), cujo objeto é possibilitar a outorga de units de emissão da Companhia que serão transferidas nos termos do Plano (“Units Restritas”) aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e/ou de suas Controladas (conforme definido no Plano) (“Colaboradores Elegíveis”).

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Units Restritas aos Colaboradores Elegíveis selecionados pelo Comitê de Pessoas, Cultura e Organização (ou qualquer comitê que venha a substituí-lo) e aprovados pelo Conselho de Administração.

O Plano (a) estimula a melhoria da gestão da Companhia e de suas Controladas, conferindo aos Participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo, dando-lhes, ainda, uma visão empreendedora e corporativa; (b) estimula a atração e retenção dos administradores, empregados e prestadores de serviços; (c) suporta o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas da Companhia, maximizando o nível de comprometimento dos administradores e empregados com a geração de resultados sustentáveis para a Companhia; e (d) amplia a atratividade da Companhia e de suas Controladoras.

b. Data de aprovação e órgão responsável

O Plano foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de agosto de 2022.

c. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de Units Restritas que poderão ser outorgadas anualmente estará limitado a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) das Units emitidas pela Companhia na data da aprovação do Plano, o que equivale a 0,12% (zero vírgula doze por cento) das ações ordinárias e 0,5% (zero vírgula cinco por cento) das ações preferenciais representativas do capital social total da Companhia. Da mesma forma o número total de Units Restritas não plenamente adquiridas, na somatória de todos os Programas ativos do Plano, não excederá 2% (dois por cento) das Units emitidas pela Companhia na data da aprovação do Plano, o que equivale a 0,48% (zero vírgula quarenta e oito por cento) das ações ordinárias e 2% (dois por cento) das ações preferenciais representativas do capital social total da Companhia.

Para fins de clareza, não serão consideradas no limite estabelecido no Plano as Units da Companhia outorgadas aos Participantes em razão de (i) outros planos de remuneração baseada em ações da Companhia, já existentes nesta data ou que venham a ser aprovados pela Assembleia Geral da Companhia; e (ii) ações adquiridas pelos Participantes em decorrência de opções de compra e/ou subscrição outorgadas pela Companhia no âmbito de planos de opções de compra de ações da Companhia, já existentes nesta data ou que venham a ser aprovados pela Assembleia Geral da Companhia.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Para cada Programa, o Comitê, de acordo com o Plano e respeitadas eventuais diretrizes que vierem a ser fixadas pela Assembleia Geral, definirá um determinado número de Units Restritas a serem distribuídas entre os Participantes.

e. condições de aquisição de ações

A outorga de Units Restritas é realizada mediante a celebração de instrumento particular de outorga de Units Restritas (“Contratos de Outorga”) entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de Units Restritas objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Units Restritas.

O Plano estabelece que, sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Units Restritas somente serão plenamente adquiridos na medida em que o Participante permanecer continuamente vinculado à Companhia ou a sua respectiva Controlada durante o período compreendido entre a data da reunião do Conselho de Administração que tiver aprovado o respectivo programa de outorga de Units nos termos do Plano (“Programa”), salvo se de outra forma previsto no Plano ou no Contrato de Outorga (“Data de Outorga”), e as datas a seguir, nas seguintes proporções: (a) 1/3 (um terço) do total de Units Restritas outorgadas após o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga; (b) 1/3 (um terço) do total de Units Restritas outorgadas após o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga; e (c) 1/3 (um terço) do total de Units Restritas outorgadas após 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço será estipulado em cada Programa.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Programas, os direitos dos Participantes em relação às Units Restritas somente serão plenamente adquiridos, na medida em que o Participante permanecer continuamente vinculado à Companhia durante o período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir, nas proporções abaixo mencionadas:

- (i) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga;
- (ii) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga; e
- (iii) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga.

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas acima, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do Participante as respectivas Units Restritas, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, sem custo para o Participante.

h. forma de liquidação

De acordo com o Plano, o pagamento será realizado mediante a utilização pelo Participante de verbas autorizadas, conforme Termo de Adesão ao Plano e Contratos de Outorga individualmente celebrados.

i. restrições à transferência das ações

As Units Restritas outorgadas nos termos do Plano e seus Programas são pessoais e intransferíveis, não podendo o Participante, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Units Restritas os direitos ou as obrigações a elas inerentes, salvo nas hipóteses de sucessão decorrente de falecimento do Participante. Neste caso as Units Restritas poderão ser adquiridas pelos herdeiros ou sucessores, observado o disposto no Plano.

Observado o disposto no Plano, as Units Restritas utilizadas pelo Participante para fazer jus ao Programa, ficarão bloqueadas e não poderão ser alienadas, cedidas, dadas em garantia, permutadas, alugadas ou de qualquer outra forma transferidas a terceiros até que o respectivo período compreendido entre a data de aquisição pelo Participante até a data em que sejam atingidas as condições para plena aquisição do número correspondente de Units Restritas ("Período de Bloqueio") seja concluído. Na hipótese de alienação, cessão, dação em garantia, aluguel, permuta ou qualquer outra forma de transferência das referidas Units Restritas a terceiros enquanto as Units Restritas correspondentes permanecerem Units Restritas Não Plenamente Adquiridas (Units Restritas que não atendam as condições delimitadas para aquisição plena dos seus direitos nos termos do Plano), o Participante perderá o direito às Units Restritas Não Plenamente Adquiridas.

Conforme as Units Restritas Não Plenamente Adquiridas atinjam as condições para aquisição plena de seus direitos, o Participante terá a parcela correspondente de Units Restritas desbloqueada para livre negociação.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Compete à Assembleia Geral aprovar e, portanto, alterar, suspender ou extinguir o Plano. O Conselho de Administração tem competência para proceder às adaptações e inclusões necessárias em cada Programa, devendo ser submetidas à Assembleia Geral apenas alterações conceituais do Plano, desde que propostas pelo Comitê e aprovadas previamente pelo Conselho de Administração, sendo que qualquer alteração de Programa ou Plano, uma vez aprovadas, somente poderá atingir as Units Restritas ainda não outorgadas.

Dentre as causas que podem gerar a alteração ou extinção do Plano, está a ocorrência de fatores que causem grave mudança no panorama econômico e que comprometam a situação financeira da Companhia.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, as relações trabalhistas e/ou aos efeitos fiscais de um Programa, poderá levar à revisão integral do Plano.

Nos casos de fusão, cisão, com ou sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou incorporação de ações, transformação da Companhia, ou outra forma de reorganização societária, desde que tais operações não impliquem Alienação de Controle da Companhia, deverão ser respeitados os Planos e Programas já instituídos, fazendo-se os ajustes necessários no número de Units Restritas, inclusive respeitando-se as relações de troca utilizadas para efeito das operações acima.

Nos casos de alteração do número de Units da Companhia, em decorrência de grupamento, desdobramento, bonificações de ações, assim como nos casos de conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou em Units, ou ainda, no caso de conversão de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, deverão ser efetuados os ajustes necessários nos Planos e Programas já instituídos, notadamente em relação ao número de Units Restritas e a sua espécie ou classe, com o objetivo de evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Participantes.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Se, a qualquer tempo durante a vigência deste do Contrato de Outorga, o Participante desligar-se da Companhia e/ou Contratada por:

- (a) invalidez permanente ou falecimento, os prazos de carência dispostos no item 8.1 serão antecipados e a Companhia transferirá para o nome do Participante a totalidade das Units Restritas que haviam sido outorgadas;
- (b) aposentadoria nos termos do Programa de Pré Aposentadoria (PPA), os prazos de carência dispostos no Plano serão mantidos;
- (c) demissão pela Companhia sem justa causa ou sem violação dos deveres e atribuições de administrador segundo o exclusivo juízo da Companhia, os direitos que ainda não forem plenamente adquiridos nos termos disposto no item 9.1 do Plano na data de desligamento restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;
- (d) demissão pela Companhia com justa causa ou com violação dos deveres e atribuições de administrador segundo o exclusivo juízo da Companhia, os direitos que ainda não forem plenamente adquiridos nos termos disposto no item 9.1 do Plano na data de desligamento restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;
- (e) pedido de demissão, os direitos que ainda não forem plenamente adquiridos nos termos disposto no item 9.1 do Plano na data de desligamento restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

8.5. Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.6. Outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

8.8. Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia possui plano de remuneração baseada em ações que prevê a entrega de ações, mas não há percentual de diluição dos acionistas, considerando que a integralidade das ações entregues é oriunda de recompra no mercado.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Outorga de ações – Previsto para o exercício social corrente (31/12/2025)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8	5
Nº de membros remunerados	8	5
Data de outorga	-	01/05/2025
Quantidade de ações outorgadas	-	367.611
Prazo máximo para entrega das ações	-	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Valor justo das ações na data da outorga	-	21,07
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	7.745.564

Outorga de ações - exercício social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8	5
Nº de membros remunerados	8	5
Data de outorga	-	01/05/2024
Quantidade de ações outorgadas	-	359.832
Prazo máximo para entrega das ações	-	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Valor justo das ações na data da outorga	-	19,08
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	6.865.595

Outorga de ações - exercício social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00
Data de outorga	-	01/05/2023
Quantidade de ações outorgadas	-	556.374
Prazo máximo para entrega das ações	-	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Valor justo das ações na data da outorga	-	19,08
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	10.615.616

Outorga de ações - exercício social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº de membros remunerados	6,25	5,00
Data de outorga	-	01/05/2022
Quantidade de ações outorgadas	-	266.173
Prazo máximo para entrega das ações	-	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Valor justo das ações na data da outorga	-	20,73
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	4.924.201

8.11. Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8	5
Nº de membros remunerados	8	5
Número de ações	-	359.832
Preço médio ponderado de aquisição	-	19,08
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	19,08
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	0

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00
Número de ações	-	556.374
Preço médio ponderado de aquisição	-	19,08
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	19,08
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	0

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00
Número de ações	-	266.173
Preço médio ponderado de aquisição	-	20,3
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	20,3
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	0

8.12. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) Modelo de precificação

Para o Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”), o preço a ser estipulado para aquisição das ações será determinado em cada Programa anual, devendo este ser baseado na média do valor da ação dos últimos 20 pregões que antecederem a aquisição (outorga).

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Para o Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”), não é aplicável o conceito de preço de exercício, por se tratar de um Plano de incentivo atrelado a Ações Restritas. No que se refere ao preço que será estipulado para aquisição das ações, este será determinado em cada Programa, devendo ser baseado na média do valor da ação dos últimos 20 pregões que antecederem a aquisição.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas somente serão plenamente adquiridos, na medida em que o Participante permanecer continuamente vinculado à Companhia ou a sua respectiva Controlada durante o período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir, nas proporções abaixo mencionadas: (i) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga; (ii) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga; e (iii) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga.

Uma vez satisfeitas as condições acima estabelecidas, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do Participante as respectivas Ações Restritas, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, sem custo para o Participante.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, visto que não há possibilidade de exercício antecipado no Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”).

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outras características das opções incorporadas na mensuração de seu valor.

8.13. Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Exercício encerrado em 31/12/2024								
Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
	ONs				PNs			
Iguatemi S.A	494.755.779	492.283.080	0	987.038.859	10.682.828	8.511.180	0	19.194.008

8.14. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não existem planos de previdência para os membros do Conselho de Administração nem para os membros Conselheiros Fiscais. A tabela contém as informações para a Diretoria Estatutária:

Planos de previdência conferidos no exercício social encerrado em 31/12/2024	
	Diretoria Estatutária
Nº de membros	5,00
Nº de membros remunerados	5,00
Nome do Plano	Itaú Vida e Previdência S.A.
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0
Condições para se aposentar antecipadamente	Não há
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (R\$)	R\$ 268.214,30
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (R\$)	R\$ 0,00
Possibilidade de resgate antecipado e quais condições	Não há

8.15. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração Max. Med. Min. – Exercício Social encerrado em 31/12/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	8,00	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00
Valor da maior remuneração	2.585.780	1.953.333	144.000
Valor da menor remuneração	300.000	444.069	81.000
Valor médio da remuneração	1.744.603	2.005.400	96.000
Observação	-	-	-

Remuneração Max. Med. Min. – Exercício Social encerrado em 31/12/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	8,00	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00
Valor da maior remuneração	4.141.655	1.734.621	144.000
Valor da menor remuneração	240.000	468.204	108.000
Valor médio da remuneração	1.486.767	1.433.662	128.000
Observação	-	-	-

Remuneração Max. Med. Min. – Exercício Social encerrado em 31/12/2022			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	8,00	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	6,25	5,00	3,00
Valor da maior remuneração	659.500	2.361.093	108.000
Valor da menor remuneração	228.000	626.857	72.000
Valor médio da remuneração	465.713	1.389.613	107.341
Observação	Valor mínimo exclui membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses		Valor mínimo exclui membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses

8.16. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia). Adicionalmente a Companhia informa que o plano de previdência privada complementar mantido pela Companhia (“Plano de Previdência”) é de contribuição definida, sendo opcional aos seus funcionários. A Companhia contribui com 100% do valor mensal contribuído pelos funcionários, não possuindo nenhuma obrigação nem direito com relação a quaisquer superávits ou déficits que venha a ocorrer no Plano de Previdência.

8.17. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Percentual da remuneração devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2025 (previsto)	76,53%	57,14%	-
2024	74,92%	44,71%	-
2023	71,88%	57,59%	-
2022	41,44%	27,42%	-

8.18. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam nos últimos três exercícios sociais.

8.19. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Parte da remuneração dos administradores da Companhia é suportada pela subsidiária integral e principal ativo operacional da Companhia, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. Além disso, alguns membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal da Diretoria da Companhia são funcionários e/ou Conselheiros em outras empresas do grupo, recebendo exclusivamente salários pelo exercício de suas funções nestas empresas. Nos termos reportados acima, enquanto os membros do Conselho de Administração de cada sociedade recebem suas remunerações por essas funções de modo segregado entre as respectivas sociedades, nas quais exercem os

respectivos cargos de conselheiros, os membros da Diretoria Estatutária recebem a remuneração baseada em ações pela Companhia e as demais verbas remuneratórias (i.e. Remuneração Fixa e participação de resultados) pela IESC.

Abaixo, seguem as informações consolidadas dos 3 (três) últimos Exercícios Sociais, consolidadas por tipo de órgão e sociedade:

Previsto para o Exercício social Corrente (2025) – Remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos				
Controladas da Companhia		29.103.967		
Sociedades sob controle comum				

Previsto para o Exercício social Corrente (2025) – Demais remunerações recebidas				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos				
Controladas da Companhia	887.384			
Sociedades sob controle comum				

Exercício social encerrado em 31.12.2024 – Remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos				
Controladas da Companhia	1.200.000	20.180.722		21.380.722
Sociedades sob controle comum				

Exercício social encerrado em 31.12.2024 – Demais remunerações recebidas				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos				
Controladas da Companhia	789.818			
Sociedades sob controle comum				

Exercício social encerrado em 31.12.2023 – Remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	20.407.486	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31.12.2023 – Demais remunerações recebidas				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	776.252	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31.12.2022 – Remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas da Companhia	0,00	17.465.107	0,00	17.465.107
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31.12.2022 – Demais remunerações recebidas				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas da Companhia	744.000	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

8.20. Outras informações relevantes

Parte da remuneração dos administradores da Companhia é suportada pela subsidiária integral e principal ativo operacional da Companhia, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“IESC”). Além disso, alguns membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal da Diretoria da

Companhia são funcionários e/ou Conselheiros em outras empresas do grupo, recebendo exclusivamente salários pelo exercício de suas funções nestas empresas.

A seção 8 do Formulário de Referência da Companhia se refere somente à remuneração reconhecida no resultado da Companhia, de modo que tais informações não refletem, de forma consolidada, os valores totais pagos aos administradores pela Companhia e pela sua subsidiária integral e principal ativo operacional Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. Para possibilitar a compreensão adequada das parcelas da remuneração dos administradores da Companhia, a Companhia decidiu apresentar em complemento às informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, (i) o item 8.2 do Formulário de Referência de forma individualizada também para a IESC; (ii) os itens 8.2, 8.3, 8.15 e 8.17 preenchidos de forma consolidada, considerando a remuneração global anual e a quantidade de administradores da Companhia e da IESC em conjunto.

A Companhia esclarece que os membros da Diretoria da Companhia e da IESC são os mesmos e, em virtude disso, recebem remuneração de apenas uma das empresas em razão do cargo exercido em ambas. Atualmente, a remuneração dos membros da Diretoria da Companhia e da IESC é suportada pela IESC.

Item 8.2 do Formulário de Referência da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (informações complementares relativas à proposta de remuneração dos administradores)

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal - IESC

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (2025)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	5,00	-	8,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	-	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	887.384	12.315.227		13.202.611
Benefícios direto e indireto		922.660		922.660
Participações em comitês				0
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados		9.665.371		9.665.371
Participação em reuniões				-
Comissões				-
Outros				-
Descrição de outras remunerações variáveis				-
Benefícios pós-emprego		300.708		300.708
Benefícios pela cessação do exercício do cargo		5.900.000		5.900.000
Remuneração baseada em ações				0
Observação				
Total remuneração	887.384	29.103.967		29.991.351

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	5,00	-	8,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	-	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	798.818	10.953.958		11.743.776
Benefícios direto e indireto		693.501		693.501
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados	1.200.000	8.265.049		9.465.049
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Benefícios pós-emprego		268.214		268.214
Benefícios pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações		0		0
Observação				
Total remuneração	1.989.818	20.180.722		22.170.540

Simulação dos itens 8.2, 8.3, 8.15 e 8.17 do Formulário de Referência da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (informações complementares relativas à proposta de remuneração dos administradores)

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal – Consolidado

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (2025)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11,00	10,00	3,00	24,00
Nº de membros remunerados	11,00	5,00	3,00	19,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.958.004	12.315.227	425.321	17.698.552
Benefícios direto e indireto		922.660		922.660
Participações em comitês	4.486.203			4.486.203
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	-	-		
Participação de resultados	5.400.000	9.665.371		15.065.371
Participação em reuniões	-			
Comissões	-			
Outros	-			
Descrição de outras remunerações variáveis	-			
Benefícios pós-emprego	-	300.708		300.708
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	5.900.000		5.900.000
Remuneração baseada em ações	-	10.027.000		10.027.000
Observação				
Total remuneração	14.844.207	39.130.967	425.321	54.400.495

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11,00	10,00	3,00	24,00
Nº de membros remunerados	11,00	5,00	3,00	19,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.449.784	10.953.958	384.000	15.787.742
Benefícios direto e indireto	-	693.501	-	693.501
Participações em comitês	4.019.908	-	-	4.019.908
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-			
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	4.763.292	8.265.049	-	13.028.341
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	268.214	-	268.214
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	9.592.434	-	9.592.434
Observação	-			
Total remuneração	13.232.984	29.773.157	384.000	43.390.141

8.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o Exercício Social corrente (2025)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	10,00	3,00	24,00
Nº de membros remunerados	11,00	5,00	3,00	19,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)				
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)				
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	2.700.000	4.832.686	-	7.532.686
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	8.100.000	14.498.057	-	22.598.057
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	5.400.000	9.665.371	-	15.065.371

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	10,00	3,00	24,00
Nº de membros remunerados	11,00	5,00	3,00	19,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)				
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)				
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)				
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	2.200.000	4.740.087	-	6.940.087,16
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	6.600.000	14.220.261	-	20.820.261,48
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	4.400.000	9.480.174	-	13.880.174,32
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	4.763.292	8.265.049	-	13.028.341,22

8.15. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração Max. Med. Min. – Exercício Social encerrado em 31/12/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	11,0	10,0	3,0
Nº de membros remunerados	11,0	5,0	3,0
Valor da maior remuneração	3.785.780,00	7.879.964,02	144.000,00
Valor da menor remuneração	561.816,00	2.782.955,16	81.000,00
Valor médio da remuneração	1.202.999	5.954.631	128.000
Observação	-	-	-

8.17. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Percentual da remuneração devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2025 (previsto)	79,55%	32,45%	-
2024	78,69%	34,31%	-

ANEXO V

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

(Conforme artigo 12, inciso I da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022)

IGUATEMI S.A.

CNPJ nº 60.543.816/0001-93

NIRE nº 35.300.027.248

Companhia Aberta

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

ARTIGO 1º: A IGUATEMI S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis.

Parágrafo Único: Com a admissão da Companhia no segmento denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“Nível 1” e “B3” respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 (“Regulamento Nível 1”).

ARTIGO 2º: A Companhia tem sede social na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, criar, transferir e extinguir filiais, agências, escritórios de representação e depósitos e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

ARTIGO 3º: A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração comercial e o planejamento de shopping centers; (ii) a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto; (iii) a compra e venda de imóveis; (iv) a exploração de estacionamentos rotativos; (v) a intermediação na locação de espaços promocionais; (vi) o desenvolvimento, de forma isolada ou em parceria, de empreendimentos imobiliários, a incorporação, construção e o loteamento de imóveis, bem como a administração de bens próprios; (vii) a prestação de serviços de assessoria para a prospecção, concepção, desenvolvimento e implantação de empreendimentos imobiliários; (viii) a prestação de serviços de intermediação de venda de produtos ao consumidor final por meio *on line*; (ix) a prestação de serviços digitais para operacionalização de *e-commerce*; (x) a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising; (xi) o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social; e (xii) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou associada por qualquer forma permitida em lei.

ARTIGO 4º: A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$1.819.551.808,97, dividido em 770.992.429 ações ordinárias e 435.368.756 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Único: As ações de emissão da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, em instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a prestar este serviço, podendo ser cobrado dos acionistas o custo de que trata o Artigo 35, §3º da Lei nº 6.404/76, observados os limites máximos fixados pela CVM.

ARTIGO 6º: Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais.

ARTIGO 7º: As ações preferenciais de emissão da Companhia não conferem ao seu titular direito de voto, exceto quanto às matérias especificadas no parágrafo primeiro abaixo, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens:

- (a) direito ao recebimento de dividendos e quaisquer outras distribuições de capital pela Companhia em montante equivalente a 3 (três) vezes o valor pago a cada ação ordinária;
- (b) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações por alienação de controle, sendo que neste caso cada ação preferencial fará jus ao preço por ação equivalente a 3 (três) vezes o valor pago por cada ação ordinária;
- (c) prioridade no reembolso de capital sobre as ações ordinárias, em caso de liquidação da Companhia, no valor por ação preferencial correspondente a 3 (três) vezes o valor por ação ordinária;
- (d) direito ao recebimento, em caso de liquidação da Companhia, após o reembolso prioritário do capital e o reembolso do capital das ações ordinárias, de 3 (três) vezes o valor atribuído a cada ação ordinária na partilha dos ativos remanescentes que couberem aos acionistas.

Parágrafo Primeiro: As ações preferenciais terão direito de voto nas matérias abaixo especificadas:

- (i) operações societárias propostas pelos órgãos de administração que envolvam a transformação, incorporação, incorporação de ações, fusão ou cisão da Companhia;
- (ii) aprovação de propostas de celebração de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam de competência da Assembleia Geral;
- (iii) avaliação de bens a serem aportados em aumentos de capital;
- (iv) escolha de instituição ou empresa especializada para preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos previstos neste Estatuto Social ou mediante determinação da Comissão de Valores Mobiliários;
- (v) alteração ou revogação dos Artigos 7º, 8º, 19, o Parágrafo Único do Artigo 22, os Parágrafos Primeiro a Quinto do Artigo 25, os Artigos 29 e 30 e os Capítulos VIII, IX, XII, XIII e XIV deste Estatuto Social (ou eventuais renumerações ou realocações subsequentes destes dispositivos, se houver), salvo se a alteração ou revogação se der em decorrência de adaptação destes dispositivos a novas regras que venham a ser estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado, embora a Companhia seja listada no Nível 1.

Parágrafo Segundo: A aprovação das matérias elencadas no parágrafo primeiro anterior pela Assembleia Geral dependerá da aprovação prévia ou ratificação dos titulares de ações preferenciais, reunidos em assembleia especial, nos termos do Artigo 20 deste Estatuto Social.

Parágrafo Terceiro: Os direitos conferidos nos artigos (i) 105, (ii) 123, parágrafo único, alíneas “c” e “d”; (iii) 126, § 3º; (iv) 141, § 4º, II, e §5º; (v) 157, § 1º; (vi) 159, § 4º; (vii) 161, § 2º; (viii) 163, § 6º; (ix) 206, II, “b”; e (x) 246, § 1º, “a”, todos da Lei nº 6.404/76, poderão ser exercidos por acionistas que sejam titulares de um número de ações que represente porcentagem de participação nos dividendos (“PnD-Acionista”) igual ao percentual de capital social ou de ações, conforme o caso, estabelecido em tais artigos da Lei nº 6.404/76. A PnD-Acionista será determinada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{PnD-Acionista} = 100 \times (\text{XON} + 3\text{YPN}) \% (\text{TON} + 3\text{TPN})$$

Onde:

PnD-Acionista = participação nos dividendos de determinado conjunto de ações ordinárias e preferenciais, expressa em termos percentuais;

XON = número de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos acionistas que pretendam perfazer os quóruns aplicáveis;

YPN = número de ações preferenciais de emissão da Companhia detidas pelos acionistas que pretendam perfazer os quóruns aplicáveis;

TON = número total de ações ordinárias emitidas pela Companhia, excluídas as ações ordinárias em tesouraria; e

TPN = número total de ações preferenciais emitidas pela Companhia, excluídas as ações preferenciais em tesouraria.

ARTIGO 8º: A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias.

ARTIGO 9º: O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentas milhões) de ações. As ações assim emitidas poderão ser ordinárias ou preferenciais, observado, em qualquer caso, o limite previsto no Artigo 15, §2º, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Único: Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá:

- (i) aprovar a emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, mediante subscrição pública ou privada, fixando o preço de emissão, condições de integralização e demais condições da emissão;
- (ii) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados da Companhia ou sociedade sob seu controle e/ou pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência à subscrição dessas ações.

ARTIGO 10: Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, o capital da Companhia poderá ser aumentado mediante capitalização de lucros ou de reservas, com ou sem bonificação em ações.

ARTIGO 11: Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, pode ser reduzido ou excluído o prazo para o exercício do direito de preferência para emissão

de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses do Artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

ARTIGO 12: Nas hipóteses em que a lei conferir direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, observadas as disposições do Artigo 45 da Lei nº 6.404/76.

ARTIGO 13: O acionista que não fizer o pagamento correspondente às ações subscritas nas condições previstas no respectivo boletim de subscrição ou chamada de capital ficará de pleno direito constituído em mora, na forma do Artigo 106, §2º, da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se (i) a multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, sem prejuízo da correção monetária de acordo com a variação positiva do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou índice que venha a substituí-lo, em caso de sua extinção, na menor periodicidade admitida; (ii) ao disposto no Artigo 107 da Lei nº 6.404/76; e (iii) ao pagamento de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis*.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 14: A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do Artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, bem como nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro: A Assembleia Geral deverá ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por 4 (quatro) membros do Conselho de Administração agindo em conjunto, ou na forma prevista no parágrafo único do Artigo 123 da Lei nº 6.404/76, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM sobre informações, pedidos públicos de procuração, participação e votação a distância em Assembleias Gerais.

Parágrafo Segundo: A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na falta deste, por pessoa indicada pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou pessoa por ele indicada. O Presidente da Assembleia Geral escolherá um ou mais dos presentes para secretariar os trabalhos.

Parágrafo Terceiro: A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local ou virtualmente, na mesma data e hora, e instrumentadas em ata única, na forma da regulamentação em vigor, sendo permitida a participação e votação à distância.

ARTIGO 15: Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o Livro de Presença de Acionistas, no qual constarão seus nomes e a quantidade de ações de que forem titulares.

Parágrafo Único: A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa no momento da instalação da Assembleia Geral.

ARTIGO 16: Somente poderão comparecer e votar nas Assembleias Gerais os acionistas que comprovarem sua qualidade, nos termos do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Único: Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, cujo mandato tenha sido outorgado há menos de 1 (um) ano, que também seja acionista da Companhia, seu administrador ou por advogados. Será ainda válida a representação de acionistas por instituições financeiras ou pelos respectivos representantes legais.

ARTIGO 17: As deliberações da Assembleia, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos presentes e representados, não se computando os votos em branco ou abstenções.

ARTIGO 18: Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas.

Parágrafo Primeiro: A ata poderá ser lavrada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidência e protestos.

Parágrafo Segundo: Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, as atas serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

ARTIGO 19: Sem prejuízo das competências atribuídas por lei à Assembleia Geral, compete a esta deliberar sobre:

- (i) a saída da Companhia do Nível 1, quando a iniciativa for da Companhia;
- (ii) a escolha da instituição ou empresa especializada para preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos previstos no Estatuto Social ou mediante determinação da Comissão de Valores Mobiliários;
- (iii) a dispensa da realização de oferta pública em caso de saída voluntária do Nível 1, conforme as regras constantes do Artigo 49 deste Estatuto Social;
- (iv) a aprovação de propostas de celebração de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, nos casos em que, de acordo com as disposições legais aplicáveis às companhias abertas, a competência seja privativa da Assembleia Geral; e
- (v) a resolução dos casos omissos no presente Estatuto Social, observadas as disposições da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Único: Para fins do disposto na alínea (iii) acima:

- (a) a Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das ações em circulação, assim entendidas como todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo acionista controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da companhia e aquelas em tesouraria;
- (b) caso o quórum previsto no item (a) não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas

titulares de ações em circulação;

- (c) a deliberação sobre a dispensa de realização de oferta pública de aquisição de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIA ESPECIAL

ARTIGO 20: A aprovação das matérias especificadas no parágrafo primeiro do Artigo 7º deste Estatuto Social em Assembleia Geral dependerá da aprovação prévia ou ratificação por parte dos titulares de ações preferenciais reunidos em assembleia especial (“Assembleia Especial”).

Parágrafo Primeiro: As disposições previstas no Capítulo III anterior em relação à convocação, presidência, indicação de secretário e forma de realização, bem como as regras de representação em relação às Assembleias Gerais aplicam-se também às Assembleias Especiais.

Parágrafo Segundo: A Assembleia Especial se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das ações preferenciais e, em segunda convocação, com acionistas que representem qualquer número de ações preferenciais. As deliberações serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas votantes, se quórum de votação diverso não for exigido pela Lei nº 6.404/76. A ata da Assembleia Especial registrará o número de votos lançados pelos acionistas detentores de direito de voto a favor e contra cada deliberação e indicará a participação total dos acionistas que votaram a favor e contra cada deliberação.

CAPÍTULO V - ADMINISTRAÇÃO

I - Regras Gerais

ARTIGO 21: A Administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

ARTIGO 22: Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, ocasião em que deverão declarar o número de ações, bônus de subscrição, opção de compra de ações, debêntures conversíveis em ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou do mesmo grupo, de que são titulares, bem como informar as alterações de suas posições, e ficam dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

Parágrafo Primeiro: A posse dos administradores, efetivos e suplentes, estará condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, o qual deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissária referida no Artigo 51 deste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo: Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

ARTIGO 23: Caberá à Assembleia Geral fixar a remuneração global dos Administradores e, quando for o caso, dos membros do Conselho Fiscal, sendo atribuição do Conselho de Administração

distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria a remuneração fixada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único: Os membros do Conselho de Administração e os Diretores poderão ter participação nos lucros na forma da lei. Caberá também ao Conselho de Administração distribuir, quando for o caso, a participação nos lucros fixada pela Assembleia Geral.

ARTIGO 24: Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Companhia, e a aderir ao Manual de Divulgação e Uso de Informações, e à Política de Divulgação e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo.

II - Conselho de Administração

ARTIGO 25: O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros efetivos, pessoas naturais, residentes ou não no País, indicados pela Assembleia Geral, e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente e um Vice Presidente, eleitos pela maioria de votos de seus membros na primeira reunião após a posse de tais membros ou sempre que ocorrer vacância naquele cargo.

Parágrafo Primeiro: Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme adiante definido, devendo o enquadramento dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Segundo: O enquadramento do Conselheiro como independente deve considerar sua relação: (i) com a Companhia, seus controladores diretos ou indiretos e seus administradores; e (ii) com as sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum. Para fins de verificação do enquadramento do Conselheiro como independente, não é considerado como independente aquele que: (i) é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; e (iv) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador.

Parágrafo Terceiro: Para os fins da verificação do enquadramento do Conselheiro Independente, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do Conselheiro Independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na

condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Parágrafo Quarto: A caracterização do indicado ao Conselho de Administração como Conselheiro Independente será deliberada pela Assembleia Geral, que poderá basear sua decisão: (a) na declaração, encaminhada pelo indicado a Conselheiro Independente ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos neste Estatuto Social, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no parágrafo segundo; e (b) na manifestação do Conselho de Administração da Companhia, inserida na proposta da administração referente à Assembleia Geral para eleição de administradores, quanto ao enquadramento ou não enquadramento do candidato nos critérios de independência. O procedimento ora previsto não se aplica às indicações de candidatos a membros do Conselho de Administração: (i) que não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto, conforme disposto na regulamentação editada pela CVM sobre votação a distância; e (ii) mediante votação em separado.

Parágrafo Quinto: Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no *caput*, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

ARTIGO 26: Em suas faltas e impedimentos ocasionais, o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. Os demais membros do Conselho de Administração substituir-se-ão entre si na forma que for deliberada pelo órgão.

Parágrafo Primeiro: No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, o novo Presidente será indicado pelo Conselho de Administração, em reunião especialmente convocada para este fim.

Parágrafo Segundo: No caso de vacância de membro do Conselho de Administração, o substituto será eleito pelos conselheiros remanescentes, servindo o substituto até a primeira Assembleia Geral que se reunir após o evento, na forma do Artigo 150 da Lei nº 6.404/76. Se ocorrer vacância na maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder nova eleição.

Parágrafo Terceiro: Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral de acionistas.

ARTIGO 27: O Conselho de Administração reunir-se-á, em caráter ordinário, uma vez a cada 3 (três meses) e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria dos seus membros, mediante convocação escrita através de carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico, ou qualquer outro meio de comunicação com comprovante de recebimento.

Parágrafo Primeiro: As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. A presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração dispensará qualquer formalidade de convocação. Considera-se regularmente convocado o Conselheiro presente à reunião.

Parágrafo Segundo: As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua falta, por qualquer Conselheiro escolhido pela maioria dos votos. O Conselho de Administração só se reunirá e deliberará validamente com a presença da maioria de seus membros em exercício. Uma vez instaladas, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Parágrafo Terceiro: As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Quarto: Serão lavradas atas de reuniões do Conselho de Administração em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes ou por tantos quantos bastem para a validade das deliberações tomadas.

Parágrafo Quinto: Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica, videoconferência ou outro meio de comunicação eletrônica e serão considerados presentes à reunião, devendo enviar a confirmação de seu voto, por escrito, até o final da respectiva reunião, por carta, fac-símile ou correio eletrônico, ficando o secretário da reunião investido dos poderes para assinar a respectiva ata de reunião do Conselho de Administração em nome dos conselheiros que não esteja presente fisicamente.

Parágrafo Sexto: O membro do Conselho de Administração não poderá participar das deliberações do Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia, devendo (i) cientificar os demais membros do Conselho de Administração acerca de seu impedimento; e (ii) fazer consignar, na ata da respectiva reunião, a natureza e extensão do seu interesse.

ARTIGO 28: Sem prejuízo dos demais poderes e atribuições conferidos por lei, compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) eleger e destituir os Diretores, bem como fixar as suas atribuições e distribuir a remuneração fixada pela Assembleia Geral entre os administradores da Companhia;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (iv) convocar as Assembleias Gerais e as Assembleias Especiais;
- (v) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- (vi) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia;
- (vii) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;

- (viii) autorizar a contratação de qualquer operação que envolva valores superiores a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), montante este que será atualizado ao final de cada exercício social pela variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE, ou por índice que venha a substituí-lo em caso de sua extinção, relacionadas com a: (i) aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis ou investimentos detidos pela Companhia; e (ii) contratação de empréstimos ou financiamentos pela Companhia, na condição de mutuante ou mutuária;
- (ix) aprovar a participação da Companhia no capital de outras sociedades assim como a disposição ou alienação dessa participação, no País ou no exterior;
- (x) autorizar a emissão de ações da Companhia nos limites do capital autorizado, previsto no Artigo 9º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública, ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- (xi) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, observando-se os limites do Artigo 9º deste Estatuto Social;
- (xii) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- (xiii) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora de serviços de ações escriturais;
- (xiv) dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;
- (xv) decidir o teor do voto a ser proferido pela Companhia em assembleias gerais ordinárias e/ou extraordinárias, reuniões prévias de acionistas ou quotistas, reuniões de sócios, e/ou em qualquer outra reunião de sociedades das quais a Companhia venha a ser titular de participação societária;
- (xvi) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM. O parecer do conselho de administração deve abranger a opinião fundamentada favorável ou contrária à aceitação da oferta pública, alertando que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre tal oferta;

- (xvii) aprovar e reformar o código de ética e conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (ii) remuneração; (iii) indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária; (iv) gerenciamento de riscos; e (v) transações com partes relacionadas;
- (xviii) aprovar o regimento interno da Diretoria e de todos os Comitês;
- (xix) designar os membros do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, do Comitê de Finanças e Alocação de Capital, do Comitê de Pessoas, Cultura e Organização e do Comitê de Riscos e Compliance e dos demais Comitês que vierem a ser instituídos pelo Conselho de Administração;
- (xx) decidir sobre qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria, conforme previsto em Lei ou neste Estatuto Social.

III - Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas

ARTIGO 29: O Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) deve ser Conselheiro Independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária nos termos da regulamentação editada pela CVM.

Parágrafo Primeiro: O mesmo membro do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas poderá acumular ambas as características referidas no *caput*.

Parágrafo Segundo: As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas serão definidas em seu regimento interno, a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro: É vedada a participação, como membros do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas de Diretores da Companhia, de suas controladas, de seu acionista controlador, de coligadas ou sociedades sob controle comum.

ARTIGO 30: O Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. Compete ao Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, entre outras matérias:

- (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das

políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;

(vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

(vii) acompanhar alterações nas práticas e procedimentos contábeis.

Parágrafo Único: A Companhia deve divulgar, anualmente, relatório resumido do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo comitê ao Conselho de Administração.

IV - Comitê de Finanças e Alocação de Capital

ARTIGO 31: O Comitê de Finanças e Alocação de Capital, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo ao menos 1 (um) independente, Conselheiros ou não, eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único: As atividades do coordenador do Comitê de Finanças e Alocação de Capital serão definidas em seu regimento interno, a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 32: Compete ao Comitê de Finanças e Alocação de Capital, entre outras matérias:

- (i) supervisionar a área financeira da Companhia;
- (ii) acompanhar a implantação de sistema de controle, que estabeleça condições de segurança para o modelo de gestão adotado pela Companhia;
- (iii) acompanhar estrutura de capital e efetuar sugestões de modificações;
- (iv) analisar propostas de investimento, desinvestimento e financiamento;
- (v) acompanhar os trabalhos das áreas correlatas na Companhia e recomendar procedimentos que promovam melhorias na geração de indicadores;
- (vi) auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise dos potenciais reflexos da conjuntura econômica na posição financeira da Companhia, bem como na discussão de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no âmbito de sua política e planejamento financeiro;
- (vii) referendar, acompanhar a implantação e o cumprimento das políticas de endividamento, definição de *covenants* contratuais, concessão de garantias, definição de caixa mínimo, política de aplicações financeiras e investimentos, política de contratação de seguros;
- (viii) analisar a matriz de riscos financeiros, medidas de proteção e limites de comprometimento;
- (ix) analisar o conteúdo de materiais de divulgação de resultados;

- (x) analisar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia.

V - Comitê de Pessoas, Cultura e ESG

ARTIGO 33: O Comitê de Pessoas, Cultura e ESG, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo ao menos 1 (um) independente, Conselheiros ou não, eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único: As atividades do coordenador do Comitê de Pessoas, Cultura e ESG serão definidas em seu regimento interno, a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 34: Compete ao Comitê de Pessoas, Cultura e ESG, entre outras matérias:

- (i) orientar o planejamento estratégico de gestão de pessoas, considerando os objetivos de negócios e os requisitos de transformação cultural, digital e de ESG, necessários para manter a competitividade da Companhia;
- (ii) elaborar e aprimorar as políticas e processos de recursos humanos e de gestão de pessoas e responsabilidade social e ambiental;
- (iii) recomendar políticas de cargos e critérios gerais de remuneração, bem como as políticas de benefícios dos administradores da Companhia e das sociedades controladas;
- (iv) propor e revisar as políticas de remuneração de curto e de longo prazos, fixa e variável, para todos os níveis da estrutura organizacional da Companhia e das sociedades controladas, incluindo planos de incentivos e sua aplicabilidade nos processos de recrutamento, desenvolvimento, promoção e retenção;
- (v) propor critérios para a avaliação do desempenho dos Diretores da Companhia, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, bem como contribuir com o processo de avaliação, com base nas metas e objetivos estabelecidos;
- (vi) propor sistemas de avaliação de desempenho e programas de treinamento e desenvolvimento do quadro funcional das áreas de negócios e de apoio;
- (vii) propor e acompanhar plano de sucessão para os cargos de Diretores e outras posições estratégicas da estrutura da Companhia;
- (viii) analisar e recomendar ao Conselho de Administração alterações na estrutura e modelo organizacional adotado pela Companhia;
- (ix) avaliar a eficácia do processo de retenção de talentos e sua aderência com a cultura, valores e objetivos de negócios da Companhia;
- (x) examinar as novas políticas e acompanhar e revisar as políticas em vigor relacionadas aos temas de pessoas, cultura e ESG;
- (xi) monitorar os temas relacionados ao engajamento de pessoas, incluindo mobilidade e flexibilidade, ambiental e social;

- (xii) recomendar ações que promovam e disseminem os valores e a cultura organizacional, alinhando-os aos propósitos orientadores da Companhia;
- (xiii) Acompanhar a elaboração e a atualização periódica do relatório de sustentabilidade da companhia, bem como, assessorar o Conselho de Administração no desenvolvimento e implementação da estratégia de ESG.

VI - Comitê de Riscos e Compliance

ARTIGO 35: O Comitê de Riscos e Compliance, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo ao menos 1 (um), independente, Conselheiros ou não, eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único: As atividades do coordenador do Comitê de Riscos e Compliance serão definidas em seu regimento interno, a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 36: Compete ao Comitê de Riscos e Compliance, entre outras matérias:

- (i) propor ao Conselho de Administração a definição da matriz de riscos e limites de comprometimento, assim como medidas de proteção de riscos financeiros, mercadológicos e operacionais;
- (ii) acompanhar o mapeamento realizado pela gestão da Companhia, de todos os tipos de riscos relevantes, classificando-os segundo seus graus de impacto, sua probabilidade de ocorrência, sua origem e sua sensibilidade a ações preventivas ou mitigantes;
- (iii) recomendar ações para disseminar internamente a cultura de sensibilidade a riscos;
- (iv) acompanhar ações preventivas e mitigantes, em sintonia com pareceres de auditoria e áreas de controles internos;
- (v) revisar o sistema de controles internos e propor melhorias ou correções necessárias;
- (vi) avaliar os resultados das atividades de *compliance* e assegurar sua efetividade;
- (vii) recomendar procedimentos diante de constatação de erros e quaisquer outras inadequações;
- (viii) promover a cultura de integridade na Companhia, com base em valores éticos e no código de conduta, disponibilizando regras claras e práticas;
- (ix) capacitar gestores e equipes da Companhia para que conduzam os negócios sempre de maneira ética, garantindo que a cultura de *compliance* seja a base da estratégica, metas e objetivos da Companhia;
- (x) fiscalizar, exigir e garantir o cumprimento das legislações, do código de ética e conduta e demais políticas da Companhia, assim como acompanhar e monitorar o canal de denúncias.

VII - Diretoria

ARTIGO 37: A Diretoria será composta por até 6 (seis) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 5 (cinco) Diretores Sem Designação Específica, sendo que um destes cumulará a função de Diretor de Relações com Investidores, todos acionistas ou não, residentes do País, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro: Os Diretores poderão cumular cargos, conforme deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo: O exercício do cargo de Diretor cessa pela destituição, a qualquer tempo, do titular, ou pelo término do mandato, se não houver recondução. A renúncia torna-se eficaz, em relação à Companhia, desde o momento em que esta conhecer da comunicação escrita do renunciante, produzindo efeitos perante terceiros de boa-fé após o seu arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis e publicação.

Parágrafo Terceiro: A substituição dos Diretores, no caso de ausência ou impedimento temporário, ou ainda por renúncia, morte ou incapacidade, será deliberada em Reunião do Conselho de Administração, podendo o Presidente do Conselho de Administração eleger interinamente um substituto.

Parágrafo Quarto: Compete:

- (a) ao **Diretor Presidente**, incluindo-se, mas não limitadas às seguintes atribuições: (i) determinar e promover a execução e implementação das políticas, estratégias, orçamentos, projetos de investimentos e demais condições do plano de negócios da Companhia, bem como estabelecer o modelo de gestão da Companhia e supervisionar sua execução pelos demais Diretores, coordenando suas atividades; (ii) organizar, dirigir e controlar a gestão global das unidades da Companhia, exercendo acompanhamento e análise da performance individual de cada shopping center, de forma a garantir os objetivos da Companhia; (iii) representar e promover a Companhia perante a comunidade da localidade de cada shopping center; (iv) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (v) exercer as demais atribuições que lhe foram conferidas por este Estatuto Social, pelo Conselho de Administração; (vi) manter permanente coordenação da atuação dos demais Diretores, traçando as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia;
- (b) ao **Diretor Sem Designação Específica que desempenhará as atribuições de Relações com Investidores**, incluindo-se, mas não limitadas às seguintes atribuições: (i) divulgar e comunicar à CVM, e, se for o caso, à B3, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação, além de outras atribuições definidas pelo Conselho de Administração; (ii) prestar informações aos investidores, e (iii) manter atualizado o registro da Companhia, tudo em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM;
- (c) aos **Diretores Sem Designação Específica**: desempenhar as funções e atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, na consecução do objeto social da Companhia, incluindo a condução de projetos relacionados à

sustentabilidade.

ARTIGO 38: Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhe a administração e gestão dos negócios e atividades da Companhia, observado o disposto nos demais artigos deste Estatuto Social, especialmente nos Artigos 19 e 28, inclusive:

- (i) zelar pela observância da Lei, deste Estatuto Social, das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (ii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (iii) submeter proposta ao Conselho de Administração para abertura de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país ou no exterior;
- (iv) praticar os atos de sua competência, conforme estabelecido neste Estatuto Social;
- (v) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;
- (vi) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, nos limites de suas atribuições;
- (vii) assinar contratos, contrair empréstimos e financiamentos, alienar, adquirir, hipotecar, ou, de qualquer modo, onerar bens da sociedade, móveis, imóveis e outros direitos, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, respeitadas as restrições previstas no item (viii) do Artigo 28 deste Estatuto Social;
- (viii) aceitar, sacar, endossar e avalizar documentos cambiais, duplicatas, cheques, notas promissórias e quaisquer outros títulos de créditos que impliquem responsabilidade para a sociedade, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, notadamente as restrições previstas no item (viii) do Artigo 28 deste Estatuto Social; e
- (ix) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.

ARTIGO 39: A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, ou perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, nos atos de aquisição, alienação ou oneração de bens e direitos da sociedade, bem como nos atos e operações de gestão ordinária dos negócios sociais, tais como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos e, em geral, quaisquer outros documentos ou atos que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros, e ainda, o aceite, o endosso e a avaliação de documentos cambiais, duplicatas ou outros títulos de crédito, serão obrigatoriamente praticados (i) por 2 (dois) Diretores em conjunto; (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, nomeado na forma prevista no Parágrafo Primeiro

abaixo; ou (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, nomeados na forma prevista no Parágrafo Primeiro abaixo.

Parágrafo Primeiro: As procurações em nome da Companhia serão outorgadas (i) pelo Diretor Presidente, ou (ii) por 2 (dois) Diretores em conjunto. Caso o instrumento de mandato não mencione o prazo de vigência, reputar-se-á outorgado por prazo indeterminado, no caso de procuração outorgada para fins judiciais ou para representação em processos administrativos, e pelo prazo de 2 (dois) anos, nos demais casos.

Parágrafo Segundo: Quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Conselho de Administração, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que deverá ser mencionada em seu texto.

Parágrafo Terceiro: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos Diretores ou procuradores, tais como fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto se necessários à consecução do objeto social.

Parágrafo Quarto: A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos:

- (a) representação da Companhia em assembleias e reuniões de sócios de sociedades da qual participe;
- (b) representação da Companhia em juízo; e
- (c) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.

Parágrafo Quinto: O Conselho de Administração poderá autorizar a prática de atos específicos que vinculem a Companhia pela assinatura de apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador regularmente constituído, ou, ainda, estabelecer competência e alçada para a prática de atos por um único representante.

CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 40: O Conselho Fiscal, que não terá caráter permanente, somente será instalado na forma da Lei 6.404/76 e terá as atribuições, competências, deveres e responsabilidades estabelecidos pela legislação societária em vigor.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, na forma da lei, sendo admitida a reeleição.

Parágrafo Segundo: No exercício em que o Conselho Fiscal for instalado, o Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o Presidente do Conselho Fiscal, ao qual caberá, sem prejuízo das atribuições individuais de cada conselheiro previstas em lei, representar o Conselho Fiscal perante os demais órgãos da sociedade, organizar e coordenar as suas atividades.

Parágrafo Terceiro: A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal lhes atribuirá a

remuneração respectiva.

Parágrafo Quarto: Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, o qual deverá contemplar inclusive a sua sujeição à cláusula compromissória prevista no Artigo 51 do Estatuto Social.

CAPÍTULO VII - DO EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO

ARTIGO 41: O exercício social iniciar-se-á no dia 1° de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social a Diretoria fará elaborar o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 42: O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral, juntamente com as demonstrações financeiras, proposta de destinação do lucro líquido do exercício, com observância do disposto neste Estatuto Social e na lei.

Parágrafo Único: Do lucro líquido ajustado, 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos, na forma do disposto no Artigo 43 abaixo.

ARTIGO 43: Após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda, e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício, o lucro líquido terá a seguinte destinação:

- (a) 5% (cinco por cento) serão atribuídos para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- (b) uma parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-á para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados; e
- (c) por proposta dos órgãos da administração, até 75% (setenta e cinco por cento) para a constituição da Reserva para Investimentos, com a finalidade indicada a seguir, que terá como limite o valor correspondente a 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social, podendo, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos; e
- (d) saldo remanescente terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o §1º do Artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Parágrafo Segundo: A "Reserva de Investimentos" destinar-se-á: (a) à preservação da integridade do patrimônio social; (b) à amortização de dívidas da Companhia; (c) ao reforço de seu capital de giro; e (d) a investimentos em subsidiárias, a fim de que estas os destinem aos fins mencionados

nas letras "b" e "c" deste parágrafo.

ARTIGO 44: A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços.

Parágrafo Primeiro: O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual ou com base em balanços levantados em períodos menores.

Parágrafo Segundo: O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados.

Parágrafo Terceiro: Os dividendos e os juros sobre o capital próprio previstos neste Artigo deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

Parágrafo Quarto: Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tiverem sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VIII - DA ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE E SAÍDA DO NÍVEL 1

I - Alienação de Controle

ARTIGO 45: A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações ("OPA") tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e neste Estatuto Social, de forma a lhes assegurar tratamento ao menos igualitário.

Parágrafo Primeiro: Para os fins deste Artigo, entende-se por controle e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

Parágrafo Segundo: A OPA deve observar as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor.

Parágrafo Terceiro: Em caso de alienação indireta de controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Parágrafo Quarto: A OPA deverá assegurar (a) aos acionistas titulares de ações preferenciais as mesmas condições e o preço por ação preferencial equivalente a 3 (três) vezes o preço pago por ação ordinária ao acionista alienante, nos termos ao Artigo 7º, alínea (b) deste Estatuto Social e (b) aos demais acionistas titulares de ações ordinárias as mesmas condições e o mesmo preço por ação pago por ação ordinária ao acionista alienante.

II - Reorganização Societária

ARTIGO 46: Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear, em até 120 (cento e vinte) dias da data da assembleia geral que deliberou a referida reorganização, o ingresso (a) no Nível 1 ou no Nível 2, desde que mantidas a adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa contidas neste Estatuto Social, que são substancialmente similares àquelas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado da B3; ou (b) no Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro: Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso nos segmentos especiais de negociação de valores mobiliários da B3, tal como disposto acima, a maioria dos titulares das ações em circulação da companhia presentes na Assembleia Geral devem dar anuência a essa estrutura.

Parágrafo Segundo: A realização de reorganização societária em desacordo com o previsto neste Artigo sujeitará o acionista controlador ou, na ausência deste, os acionistas que tenham votado em favor da reorganização societária, à obrigação de realizar uma OPA nos termos previstos na Seção III abaixo.

III - Saída Voluntária do Nível 1

ARTIGO 47: A saída voluntária do Nível 1, exceto nos casos de ingresso no Nível 2 ou no Novo Mercado da B3, deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.

ARTIGO 48: A OPA mencionada no Artigo 47 deve observar os seguintes requisitos:

I - o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida na legislação societária; e

II - acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação, deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

Parágrafo Primeiro: Para os fins deste Artigo, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Nível 1 ou se habilitem para o leilão de OPA, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de ações de companhia aberta para cancelamento de registro.

Parágrafo Segundo: Atingido o quórum previsto no *caput*:

I - os aceitantes da OPA não podem ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação editada pela CVM aplicável a ofertas públicas de aquisição de ações; e

II - o ofertante ficará obrigado a adquirir as ações em circulação remanescentes, pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final do leilão de OPA, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital da OPA e da legislação e da regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade

pelo acionista.

ARTIGO 49: A saída voluntária do Nível 1 pode ocorrer independentemente da realização da OPA mencionada no Art. 47 na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: A Assembleia Geral referida no *caput* deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação.

Parágrafo Segundo: Caso o quórum do Parágrafo Primeiro não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.

Parágrafo Terceiro: A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.

ARTIGO 50: Na hipótese de ocorrer alienação de controle da Companhia nos 12 (doze) meses subsequentes à sua saída do Nível 1, o alienante e o adquirente do controle, conjunta e solidariamente, devem oferecer aos acionistas que detinham ações de emissão da Companhia na data da saída ou da liquidação da OPA para saída do Nível 1: (i) a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo alienante, devidamente atualizado; (ii) ou o pagamento da diferença, se houver, entre o preço da OPA aceita pelo antigo acionista, devidamente atualizado, e o preço obtido pelo acionista controlador na alienação de suas próprias ações.

Parágrafo Primeiro: Para efeito de aplicação das obrigações previstas no *caput*, devem ser observadas as mesmas regras aplicáveis à alienação de controle previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo: A Companhia e o acionista controlador ficam obrigados a averbar no livro de registro de ações da companhia, em relação às ações de propriedade do acionista controlador, ônus que obrigue o adquirente do controle a cumprir as regras previstas neste Artigo no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da alienação das ações.

CAPÍTULO IX - JUÍZO ARBITRAL

ARTIGO 51: A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda de sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 1 e dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Nível 1 de Governança Corporativa.

ARTIGO 52: A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 51 acima.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 53: A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

CAPÍTULO XI - EMISSÃO DE UNITS

ARTIGO 54: A Companhia poderá emitir certificados de depósito de valores mobiliários ("Programa de Unit"), doravante designados como "*Units*" ou individualmente como "*Unit*".

Parágrafo Primeiro: Cada *Unit* representará 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia.

Parágrafo Segundo: Somente ações livre de ônus e gravames poderão ser objeto de depósito para a emissão de *Units*.

Parágrafo Terceiro: Observada a proporção legal entre ações com direito e sem direito de voto, as ações ordinárias de emissão da Companhia são conversíveis em ações preferenciais exclusivamente para fins de formação de *Units*, na proporção de 1 (uma) ação preferencial por cada 3 (três) ações ordinárias convertidas.

Parágrafo Quarto: Compete ao Conselho de Administração determinar, a seu critério, períodos de conversão, com prazo de duração não inferior a 30 (trinta) dias consecutivos, e estabelecer os termos, prazos e condições para o exercício dos direitos de conversão, podendo praticar todos os atos necessários à sua implementação.

ARTIGO 55: As *Units* terão a forma escritural e, exceto na hipótese de cancelamento das *Units*, a propriedade das ações representadas pelas *Units* somente será transferida mediante transferência das *Units*.

Parágrafo Primeiro: O titular das *Units* terá o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das *Units* e a entrega das respectivas ações depositadas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo: O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, suspender, por prazo determinado, a possibilidade de cancelamento de *Units* previstas no parágrafo primeiro deste Artigo 55, no caso de início de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de *Units*, no mercado local e/ou internacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro: As *Units* sujeitas a ônus, gravames ou embaraços não poderão ser canceladas.

ARTIGO 56: As *Units* conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações subjacentes.

Parágrafo Primeiro: O direito de participar das Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas *Units*, mediante comprovação de sua titularidade, cabe exclusivamente ao titular das *Units*. O titular da *Units* poderá ser

representado nas Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído nos termos do Artigo 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de desdobramento, grupamento, bonificação ou emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reservas, serão observadas as seguintes regras com relação às *Units*:

- a) Caso ocorra aumento da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária registrará o depósito das novas ações e creditará novas *Units* na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das *Units*, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada *Unit*, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir *Units* serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de *Units*.
- b) Caso ocorra redução da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de *Units* dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de *Units* em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das *Units*, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada *Unit*, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir *Units* serão entregues diretamente aos acionistas, sem a emissão de *Units*.

ARTIGO 57: No caso de exercício do direito de preferência para subscrição de ações de emissão da Companhia, se houver, a instituição financeira depositária criará novas *Units* no livro de registro de *Units* escriturais e creditará tais *Units* aos respectivos titulares, de modo a refletir a nova quantidade de ações preferenciais e ações ordinárias de emissão da Companhia depositadas na conta de depósito vinculada às *Units*, observada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada *Unit*, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir *Units* serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de *Units*. No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de outros valores mobiliários de emissão da Companhia, não haverá o crédito automático de *Units*.

ARTIGO 58: Os titulares de *Units* terão direito ao recebimento de ações decorrentes de cisão, incorporação ou fusão envolvendo a Companhia. Em qualquer hipótese, as *Units* serão sempre criadas ou canceladas, conforme o caso, no livro de registro de *Units* escriturais, em nome da B3 como respectiva proprietária fiduciária, que as creditará nas contas de custódia dos respectivos titulares de *Units*. Nas hipóteses em que forem atribuídas ações aos titulares de *Units* e tais ações não forem passíveis de constituir novas *Units*, estas ações também serão depositadas na B3, na qualidade de proprietária fiduciária das *Units*, que as creditará nas contas de custódia dos respectivos titulares.

CAPÍTULO XII - AVALIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 59: A Companhia deve estruturar e divulgar um processo de avaliação do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria.

Parágrafo Primeiro: O processo de avaliação deve ser divulgado no formulário de referência da Companhia, incluindo informações sobre:

I - a abrangência da avaliação: individual, por órgão, ou ambas;

II - os procedimentos adotados para a realização da avaliação, incluindo a participação de outros órgãos da companhia ou de consultoria externa, se for o caso; e

III - a metodologia adotada, indicando, conforme aplicável, sua alteração em relação aos anos anteriores.

Parágrafo Segundo: A avaliação deve ser realizada ao menos uma vez durante a vigência do mandato da administração.

CAPÍTULO XIII - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ARTIGO 60: A Companhia deve dispor de área de auditoria interna própria:

I - cujas atividades sejam reportadas ao Conselho de Administração diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas;

II - que possua atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração;

III - que tenha estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas ao menos uma vez ao ano; e

IV - que seja responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

Parágrafo Único: Alternativamente à constituição de área própria de auditoria interna, na forma deste Artigo, a Companhia poderá contratar auditor independente registrado na CVM, responsável por essa função.

ARTIGO 61: A Companhia deve implantar funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais.

Parágrafo Único: Para os fins deste Artigo, consideram-se atividades não operacionais, entre outras, as desenvolvidas pelas áreas jurídica, de controladoria, de auditoria interna e de relações com investidores.

CAPÍTULO XIV - INFORMAÇÕES PERIÓDICAS E EVENTUAIS

ARTIGO 62: A Companhia deve elaborar e divulgar os regimentos e políticas do Conselho de Administração, de seus Comitês de assessoramento e do Conselho Fiscal, quando houver.

Parágrafo Primeiro: O regimento do Conselho de Administração da Companhia deve prever que o órgão incluirá, na proposta da administração referente à Assembleia Geral para eleição de administradores, sua manifestação contemplando:

I - a aderência de cada candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração à política de indicação; e

II - as razões, à luz do disposto neste Estatuto e na declaração mencionada no Artigo 25, pelas quais

se verifica o enquadramento de cada candidato como Conselheiro Independente.

Parágrafo Segundo: Serão divulgadas todas as políticas da Companhia, incluindo, mas não se limitado, a: (i) política de remuneração e indicação de membros do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (ii) política de gerenciamento de riscos; (iii) política de transações com partes relacionadas e situações de conflito de interesses; e (iv) política de divulgação e de negociação de valores mobiliários.

Parágrafo Terceiro: A Companhia deve divulgar, no formulário de referência, em forma de tabela, por órgão, o valor da maior, da menor e o valor médio da remuneração anual, fixa e variável, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, relativamente ao último exercício social.

ARTIGO 63: A Companhia deve divulgar, observado o disposto na regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, a renúncia ou a destituição de membros do conselho de administração e diretores estatutários até o dia útil seguinte em que a companhia for comunicada da renúncia ou em que for aprovada a destituição.

ARTIGO 64: A Companhia deve divulgar, em inglês, simultaneamente à respectiva divulgação em português:

I - fatos relevantes;

II - informações sobre proventos, por meio de avisos aos acionistas ou comunicados ao mercado; e

III - comunicação de seus resultados (*press release* de resultados).

Parágrafo Único: Caso a divulgação de fato relevante decorra de informação que escape ao controle da Companhia ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de sua emissão, a divulgação em inglês poderá ocorrer até o dia útil seguinte à divulgação em português.

ARTIGO 65: A Companhia deve realizar, em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação de resultados trimestrais ou das demonstrações financeiras, apresentação pública sobre as informações divulgadas.

Parágrafo Único: A apresentação pública deve ser realizada presencialmente ou por meio de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a participação a distância dos interessados.

ARTIGO 66: A Companhia deve divulgar, até o dia 10 de dezembro de cada ano, calendário anual referente ao ano civil seguinte contendo, no mínimo, as datas dos eventos listados abaixo:

I - divulgação das demonstrações financeiras anuais completas e das demonstrações financeiras padronizadas (DFP);

II - divulgação das informações trimestrais (ITR);

III - realização da assembleia geral ordinária (AGO); e

IV - divulgação do formulário de referência.

Parágrafo Único: Caso a Companhia pretenda alterar a data dos eventos destacados no *caput*, a Companhia deve atualizar o calendário anual previamente à realização dos referidos eventos, respeitado o Regulamento Nível 1.

ARTIGO 67: A Companhia, com base em informações prestadas pelo acionista controlador, deve comunicar mensalmente à B3, no prazo de até 10 (dez) dias após o término de cada mês, de forma individual e consolidada, a titularidade direta ou indireta, detida pelo acionista controlador e pessoas a ele vinculadas, de valores mobiliários de sua emissão. A comunicação deverá abranger também as posições em derivativos ou em quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos valores mobiliários de emissão da companhia, incluindo derivativos objeto de liquidação financeira.

Parágrafo Primeiro: A comunicação deve abranger:

I – a quantidade e o tipo dos valores mobiliários;

II - as negociações efetuadas no período, se houver, e o respectivo preço, quando aplicável; e

III - o saldo da posição detida antes e depois da negociação.

* * * * *

ANEXO VI

QUADRO COMPARATIVO COM JUSTIFICATIVAS DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL

(Conforme artigo 12, inciso II da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022)

Redação Atual	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
<p>ARTIGO 5º: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$1.819.551.808,97, dividido em 785.167.052 ações ordinárias e 439.642.726 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.</p> <p>[...]</p>	<p>ARTIGO 5º: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$1.819.551.808,97, dividido em 785.167.052 770.992.429 ações ordinárias e 439.642.726 435.368.756 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.</p> <p>[...]</p>	<p>Ajuste de redação para refletir (i) o cancelamento de ações em tesouraria deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 4 de fevereiro de 2025, e (ii) a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais para formação de units, conforme reunião do Conselho de Administração de 11 de junho de 2024.</p> <p>A administração esclarece que a alteração ora proposta não produzirá efeitos econômicos, uma vez que tem como finalidade apenas refletir a conversão de ações e o cancelamento de ações mantidas em tesouraria já implementados, e não produzirão efeitos jurídicos relevantes, uma vez que as ações já foram convertidas e canceladas, conforme o caso.</p>